DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS

Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

EDITAL N° 007/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
(Análise de Currículo)

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO.

VANDERLEI HERMES, Prefeito Municipal de Arroio do Tigre, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, visando à contratação de pessoal, por prazo determinado para suprir necessidades emergenciais de excepcional interesse público junto as diversas Secretarias municipais, torna público a realização de Processo Seletivo Simplificado, que será regido pelas normas estabelecidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O presente Processo Seletivo Simplificado destina-se exclusivamente à formação de Cadastro Reserva (CR) para os cargos constantes do Anexo III deste Edital, não implicando direito subjetivo à contratação, tampouco obrigação do Município em contratar, constituindo-se mera expectativa de direito.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado será conduzido por Comissão designada por Portaria específica, composta por três servidores públicos municipais, incumbidos de coordenar e fiscalizar os atos inerentes ao certame.

1.2.1 As reuniões e deliberações da Comissão serão devidamente registradas em atas, que integrarão o processo administrativo correspondente.

1.3 Durante toda a execução do Processo Seletivo Simplificado, serão observados, entre outros, os princípios insculpidos no caput do art. 37 da Constituição da República Federativa do Brasil, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

1.4 O Edital de abertura do Processo Seletivo Simplificado será publicado integralmente no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, com antecedência mínima de cinco dias úteis em relação ao prazo final para as inscrições.

1.5 Os demais atos, decisões e comunicados relacionados ao presente certame serão divulgados no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal, bem como em meio eletrônico, caso disponível.

1.6 Os prazos serão contados em dias úteis, salvo disposição expressa em contrário.

1.7 O Processo Seletivo Simplificado consistirá na avaliação curricular dos(as) candidatos(as), conforme os critérios previamente definidos neste Edital.

1.8 As contratações decorrentes deste Processo Seletivo reger-se-ão pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Arroio do Tigre, com vigência de até 12 (doze) meses, podendo os contratos ser prorrogados por igual período ou rescindidos, conforme o interesse público.

1.9. Todos os atos decorrentes deste Edital serão publicados no sítio eletrônico oficial do Município, disponível no endereço http://www.arroiodotigre.rs.gov.br, sendo de inteira responsabilidade dos(as) candidatos(as) o acompanhamento das publicações.

A FORÇA DO TRABALHO
MOLDANDO O FUTURO DA NOSSA GENTE!

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

2. ESPECIFICAÇÕES DA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

2.1 As funções temporárias objeto do presente Processo Seletivo Simplificado correspondem ao desempenho das seguintes atividades:

CATEGORIA FUNCIONAL: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL
PADRÃO DE VENCIMENTO: 01
ATRIBUIÇÕES:
a) Descrição Sintética: Executar tarefas auxiliares no tratamento odontológico sempre sob a supervisão do Cirurgião-Dentista ou do Técnico em Saúde Bucal.
b) Descrição Analítica: Organizar e executar atividades de higiene bucal; processar filme radiográfico; preparar o paciente para o atendimento; auxiliar e instrumentar os profissionais nas intervenções clínicas, inclusive em ambientes hospitalares; manipular materiais de uso odontológico; selecionar moldeiras; preparar modelos em gesso; registrar dados e participar da análise das informações relacionadas ao controle administrativo em saúde bucal; executar limpeza; assepsia, desinfecção e esterilização do instrumental, equipamentos odontológicos e do ambiente de trabalho; realizar o acolhimento do paciente nos serviços de saúde bucal; aplicar medidas de biossegurança no armazenamento, transporte, manuseio e descarte de produtos e resíduos odontológicos; desenvolver ações de promoção da saúde e prevenção de riscos ambientais e sanitários; realizar em equipe levantamento de necessidade em saúde bucal; adotar medidas de biossegurança visando ao controle de infecção; outras tarefas correlatas.
CONDIÇÕES DE TRABALHO: Carga horária semanal de 40 horas, inclusive em regime de plantão e trabalho em domingos e feriados
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
Idade: entre 18 anos
Instrução: Ensino Médio Completo.
Habilitação: legal para o exercício da profissão de Auxiliar em Saúde Bucal. Registro no Conselho Federal de Odontologia e Inscrição no Conselho Regional de Odontologia

CATEGORIA FUNCIONAL: BORRACHEIRO
PADRÃO DE VENCIMENTO: 2
ATRIBUIÇÕES:
a) Síntese dos deveres: Consertar e trocar pneus; fazer a lavagem de veículos e equipamentos.
b) Atribuições: Desmontar, consertar, montar e trocar pneus dos equipamentos rodoviários, automóveis, caminhões e outros veículos destinados ao transporte de passageiros e cargas; fazer remendos em câmaras de ar e pneus, bem como, manchões nos pneumáticos estragados ou furados, havendo possibilidade; organizar e selecionar os pneus e câmaras consertados, guardando-os em local seguro, mantendo em local separado dos pneus e câmaras inservíveis; fazer limpeza e manter organizado seu local de trabalho; zelar pela conservação dos equipamentos utilizados e responsabilizar-se

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

pela guarda dos mesmos em local adequado; operar macacos à manivela, catraca ou hidráulicos, zelando pela manutenção dos mesmos; lavar as máquinas e equipamentos rodoviários, implementos, automóveis, ônibus, caminhões e outros veículos destinados ao transporte de passageiros e cargas e após, quando necessário, encaminhá-los ao setor de mecânica para lubrificação; comunicar ao seu superior imediato qualquer anomalia que verificar nos veículos, equipamentos e instrumentos de trabalho; eventualmente, providenciar na lubrificação e abastecimento de água nos veículos e equipamentos; realizar engraxamento, lubrificação e troca de óleo de veículos e maquinários quando necessário, bem como, manutenção preventiva e fiscalização do bom uso de veículos; auxiliar na limpeza do pátio do parque de máquinas; executar outras tarefas correlatas.

Condições de Trabalho:

a) Carga horária semanal: 40 horas

b) Possibilidade da prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, sob regime de plantão, e sujeição a trabalho externo e atendimento ao público.

Requisitos para investidura:

a) Idade: Mínima de 18 anos.

b) Instrução: Ensino Fundamental Incompleto.

CATEGORIA FUNCIONAL: FONOAUDIÓLOGO.

PADRÃO DE VENCIMENTO: 5

ATRIBUIÇÕES:

a) Síntese dos Deveres: Desenvolver trabalhos de prevenção no que se refere à área da comunicação escrita e oral, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológicas na área de comunicação oral e escrita, voz e audição, bem como em aperfeiçoamento dos padrões de fala e voz.

b) Atribuições: Desenvolver trabalho de prevenção no que se refere à área de comunicação escrita e oral, voz e audição; participar de equipes de diagnóstico, realizando a avaliação da comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar terapia fonoaudiológica dos problemas de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar o aperfeiçoamento dos padrões da voz e fala; colaborar em assuntos fonoaudiológicos ligados a outras ciências; projetar, dirigir ou efetuar pesquisas fonoaudiológicas promovidas por entidades públicas, privadas, autárquicas e mistas; dirigir serviços de fonoaudiologia em estabelecimentos públicos, privados, autárquicos e mistos; supervisionar profissionais e alunos em trabalhos teóricos e práticos de fonoaudiologia; assessorar órgãos e estabelecimentos públicos autárquicos, privados ou mistos no campo de áudio-fonologia; participar de Equipe de Orientação e Planejamento Escolar, inserindo aspectos preventivos ligados a assuntos fonoaudiológicos, dar parecer fonoaudiológico, na área de comunicação oral e escrita, voz e audição; realizar outras atividades afins.

Condições de Trabalho:

a) Carga horária semanal: 40 horas

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

b) Possibilidade da prestação de serviços à noite, sábados, domingos e feriados, sob regime de plantão, e sujeição a trabalho externo e atendimento ao público.
Requisitos para investidura:
a) Idade: Mínima de 18 anos.
b) Habilitação: Legal para o exercício da profissão.
c) Instrução: Superior Completo.

CATEGORIA FUNCIONAL: MERENDEIRA
PADRÃO DE VENCIMENTO: 01
ATRIBUIÇÕES:
a) Descrição Sintética: Realizar atividades de natureza simples, envolvendo a realização de trabalhos de preparação de alimentos, limpeza e atividades educacionais nas escolas e creches municipais.
b) Descrição Analítica: executar trabalhos de cozinha relativos à preparação de alimentos, preparar refeições variadas em forno e fogão; selecionar, guardar e preparar a merenda escolar; zelar para que os materiais e equipamentos da cozinha estejam sempre em perfeitas condições de limpeza, higiene e segurança; exercer perfeita vigilância técnica sobre a condimentação dos alimentos; receber, conferir e guardar a merenda escolar; zelar pela limpeza da cozinha, banheiros e salas de aula; auxiliar os professores e/ou servidores na distribuição de alimentos; auxiliar na educação e guarda das crianças; participar sempre que convocado nos cursos de treinamento e especialização na sua área ocupacional.
Condições de Trabalho:
Horário de Trabalho: 44 horas semanais
Sujeito ao uso de uniforme.
Requisitos para preenchimento do cargo:
Idade Mínima de 18 anos.
Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto.

CATEGORIA FUNCIONAL: MONITOR DE ESCOLA
PADRÃO DE VENCIMENTO: 01
ATRIBUIÇÕES:
Síntese dos deveres: Atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo a execução de serviços específicos e tarefas ligadas ao Corpo Discente nas Escolas da Rede Municipal.
Exemplo de Atribuições: Executar serviços relacionados com a guarda e cuidados didáticos e gerais com o Corpo Discente das Escolas da Rede Municipal de Ensino. De acordo com a orientação da Direção da Escola desenvolver as ações de organização das turmas de alunos por série ou por faixas etárias para a execução das tarefas de aprendizado tanto do ensino regular, quanto as do Ensino Suplementar, realizadas no Turno Inverso; executar trabalhos específicos na preparação dos alunos, podendo ser nas áreas de música, artes domésticas, culinárias, cênicas, técnicas agrícolas, de informática, trabalhos manuais e demais atividades constantes no Programa de Turno Integral; promover a socialização e a disciplina dos alunos, desenvolverem atividades de recreação, ajudar na aplicação oficinas e Projetos do Turno Integral nas Escolas, sendo um assistente dos Professores de atividades específicas e promover na prática a

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

aplicação de todas as ações desenvolvidas pela Escola ajudando no preparo e no servir das refeições, bem como na orientação dos alunos, especialmente auxiliando as crianças menores a se alimentar; cuidar e auxiliar as crianças no que se refere à higiene pessoal e alimentação; manter-se atenta a comportamentos estranhos comunicando imediatamente à direção da Escola, acompanhá-los a atendimento médico e ambulatorial; ajudar a ministrar medicamentos os medicamentos conforme prescrição médica sob orientação; auxiliar nos procedimentos de higiene dos alunos e do ambiente escolar; executar tarefas afins.

Condições de Trabalho:
Horário de Trabalho: 44 horas semanais
Requisitos para preenchimento do cargo:
Idade Mínima de 18 anos.
Escolaridade: Ensino Médio Completo.

CATEGORIA FUNCIONAL: PROFESSORES
PADRÃO DE VENCIMENTO: Classe I – Padrão A
ATRIBUIÇÕES:
Síntese de Deveres: Participar do processo de planejamento e elaboração da proposta pedagógica da escola; orientar a aprendizagem dos alunos; organizar e executar as atividades inerentes ao processo ensino-aprendizagem; contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino.
Exemplo de Atribuições: Elaborar e cumprir o plano de trabalho conforme a proposta pedagógica da escola; Levantar e interpretar dados relativos à realidade da turma; Zelar pela aprendizagem dos alunos; Estabelecer mecanismos de avaliação contínua e cumulativa; Implementar estratégias de recuperação para os alunos com menor rendimento; Manter registros atualizados sobre o desempenho dos alunos; Participar de atividades extra-classe; Realizar trabalho integrado com a equipe pedagógica; Participar dos períodos destinados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos no calendário escolar; Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade; Participar de cursos de formação, capacitações e treinamentos oferecidos; Participar da elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico da escola; Integrar os órgãos colegiados e complementares da escola, quando designado; Executar outras tarefas afins à função docente.
Condições de Trabalho: Carga horária semanal de 22 (vinte e duas) horas semanais.
Requisitos para Provimento do Cargo:
a) Formação conforme a área de atuação, nos termos do art. 25 e art. 27 desta Lei, sendo:
a.1) Para a Educação Infantil: curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para a Educação Infantil (Pedagogia);
a.2) Para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental: curso superior de licenciatura plena, com habilitação específica para os anos iniciais do Ensino Fundamental (Pedagogia);
a.3) Para os Anos Finais do Ensino Fundamental: curso superior de licenciatura plena na respectiva disciplina ou formação superior na área específica com complementação pedagógica, nos termos do art. 63 da LDB e demais legislações vigentes;

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

a.4) Para as disciplinas de Arte, Inglês e Computação, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: curso superior de licenciatura plena na respectiva disciplina ou formação superior na área específica com formação pedagógica, conforme o art. 63 da LDB;
a.5) Para a disciplina de Educação Física, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: curso superior de licenciatura plena na área ou formação superior específica com formação pedagógica, conforme o art. 63 da LDB, além de inscrição no respectivo Conselho Profissional;
a.6) Para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) a educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação: curso superior com especialização específica para o atendimento especializado.

CATEGORIA FUNCIONAL: SECRETÁRIO DE ESCOLA
PADRÃO DE VENCIMENTO: 01
ATRIBUIÇÕES:
a) Descrição Sintética: Atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo a execução de tarefas próprias de Secretaria direcionadas aos estabelecimentos de ensino e no auxílio das tarefas letivas.
b) Descrição Analítica: Executar serviços de secretaria de estabelecimento de ensino, de acordo com a orientação da direção da escola; manter atualizado os assentamentos funcionais referentes ao corpo docente; manter cadastro de alunos; organizar e manter atualizados prontuários de legislação referentes ao sistema de ensino; prestar informações e fornecer dados referentes e às autoridades escolares; extrair certidões; manter atualizada a escrituração de livros, de fichas cadastrais; e demais documentos que se refiram às notas e médias dos alunos, efetuando em tempo hábil os cálculos de apuração dos resultados mensais, semestrais ou finais; preencher boletins estatísticos; preparar ou revisar folhas de pagamento e listas de exames; colaborar na elaboração dos horários escolares; preparar o material didático e de secretaria; arquivar publicações legais de interesse do sistema de ensino; lavrar e assinar atas em reuniões em geral; elaborar modelos de certificados e diplomas a serem expedidos pela escola; redigir documentos e subscrever de ordem da direção como editais e avisos; colaborar com as matrículas dos alunos; encarregar-se da publicação e controle de avisos em geral; orientar, coordenar e supervisionar trabalhos a serem desenvolvidos por auxiliares com atuação na secretaria; digitar documentos; eventualmente trabalhar como professor assistente ou substituto desde que compatíveis a sua área de formação; executar outras tarefas semelhantes de natureza administrativa.
CONDIÇÕES DE TRABALHO:
Geral: carga horária semanal de 44 horas
Especial: sujeito ao uso de uniforme.
REQUISITOS PARA PROVIMENTO:
Idade mínima de 18 anos.
Instrução: Ensino Médio Completo.

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

2.2 A carga horária semanal será estabelecida em conformidade com o previsto para o respectivo cargo, devendo ser cumprida diariamente, conforme Quadro de Horário fixado por ato da autoridade competente, observando-se o interesse e as necessidades do serviço público.
2.3 Os deveres e as proibições aplicáveis aos contratados são os mesmos previstos para os servidores públicos estatutários, conforme o Regime Jurídico vigente, sendo eventuais infrações apuradas nos termos do Regime Disciplinar constante do referido Diploma Legal, no que couber.

3. INSCRIÇÕES
3.1 As inscrições serão recebidas, presencialmente, na Secretaria Municipal da Administração, localizada no segundo piso do Centro Administrativo do Município de Arroio do Tigre, sito à Rua Carlos Ensslin, n.º 165, nos dias e horários previamente estabelecidos neste Edital.
Período de inscrição: **21/09/2026 até 25/09/2026**
Horário: Turno da manhã: 08h00min às 11h30min.
Turno da tarde: 13h00min às 17h00min.
3.1.1 Não serão aceitas inscrições fora do prazo estabelecido neste Edital, sob nenhuma hipótese.
3.2 A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento prévio e a aceitação tácita de todas as instruções, normas, condições e requisitos constantes deste Edital, não podendo alegar, em momento posterior, desconhecimento de seu conteúdo.
3.3 As inscrições serão isentas de qualquer tipo de cobrança ou taxa.
3.4 No ato da inscrição, o(a) candidato(a) deverá informar número de telefone e/ou endereço eletrônico (e-mail) válido, a fim de viabilizar comunicações ou intimações pessoais relacionadas ao presente certame.

4. CONDIÇÕES PARA A INSCRIÇÃO
4.1 Para inscrever-se no Processo Seletivo Simplificado, o(a) candidato(a) deverá comparecer pessoalmente ao local, nos prazos e horários estabelecidos no item 3.1 deste Edital, ou ser representado por procurador legalmente constituído, mediante apresentação de instrumento de mandato público ou particular, com poderes específicos para efetuar a inscrição no certame. Em ambos os casos, a documentação exigida deverá ser entregue em envelope devidamente lacrado.
4.1.1 Modelo de currículo disponibilizada pela Comissão no ato do comparecimento, devidamente preenchida e assinada, conforme modelo constante no Anexo I deste Edital, acompanhada de cópias dos títulos que comprovem as informações constantes no currículo.
4.1.2 Cópia de documento oficial de identidade com fotografia, podendo ser aceitos: cédulas de identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar, pelo Ministério das Relações Exteriores; cédulas emitidas por Conselhos ou Órgãos de Classe com fé pública reconhecida por lei federal (tais como OAB, CREA, CRM, CRC, entre outros); Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

de Trabalho e Previdência Social (CTPS); ou Carteira Nacional de Habilitação, na forma do art. 15 da Lei nº 9.503/1997.

4.1.3 Comprovantes de quitação com as obrigações militares (para candidatos do sexo masculino) e eleitorais.

4.2 O(a) candidato(a) deverá apresentar apenas a documentação expressamente exigida neste Edital, bem como os títulos comprobatórios para fins de pontuação conforme critérios previstos no item 6.

4.3. Não serão analisados documentos que não estejam expressamente previstos neste Edital.

4.3.1. Toda a documentação comprobatória deverá ser impressa pelo(a) candidato(a), organizada e acondicionada em envelope devidamente identificado e lacrado por este, contendo externamente o nome completo do(a) candidato(a) e o cargo pretendido.

4.3.2. A ficha de inscrição deverá ser entregue separadamente do envelope lacrado, para fins de conferência e identificação pela Comissão. O não cumprimento desta exigência poderá acarretar o indeferimento da inscrição.

4.4. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) a correta apresentação da documentação exigida para a efetivação da inscrição.

4.4.1. Também será de responsabilidade do(a) candidato(a) a apresentação de documentação legível, sob pena de não pontuação dos respectivos títulos.

4.4.2. A Comissão de Seleção não se responsabilizará por eventual não recebimento ou extravio de documentos decorrentes de falhas técnicas, problemas de comunicação ou quaisquer outros fatores alheios à sua atuação que possam inviabilizar a entrega da documentação.

4.4.3. No ato da entrega da ficha de inscrição (fora do envelope) e da documentação (em envelope lacrado e identificado), o(a) candidato(a) receberá o número de sua inscrição, o qual servirá para identificação nos atos posteriores do certame.

5. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5.1. Encerrado o prazo previsto no item 3.1 deste Edital, a Comissão designada publicará, no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e, se disponível, em meio eletrônico, no prazo de até 01 (um) dia útil, edital contendo a relação nominal dos(as) candidatos(as) que tiverem suas inscrições devidamente homologadas.

5.2. Não poderão interpor recurso os(as) candidatos(as) que não apresentarem, no ato da inscrição, os documentos obrigatórios exigidos no Edital.

6. FORMATAÇÃO DOS CURRÍCULOS

6.1. O currículo profissional deverá ser preenchido pelo(a) candidato(a) conforme modelo constante no Anexo I deste Edital, devendo conter informações verídicas e comprováveis, sob pena de desclassificação.

6.2. A análise curricular obedecerá a critérios objetivos previamente estabelecidos, totalizando a pontuação máxima de 100 (cem) pontos.

6.3. Nenhum título apresentado será objeto de dupla valoração, ainda que se enquadre em mais de um critério previsto.

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

6.4. A classificação dos(as) candidatos(as) será realizada com base na pontuação atribuída aos títulos apresentados, conforme os critérios estabelecidos neste Edital, em escala de zero a cem pontos.

Tabela 1: AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Cursos de atualização (mín. 30 horas), pertinentes com a área de trabalho	5	30
Curso de aperfeiçoamento ou capacitação, com carga horária mínima de 100 horas	10	20
Curso de Graduação na área da Saúde	30	30
Experiência profissional na área, mínimo de dois pontos, para cada ano completo, até o limite de 10 anos.	2 pontos por ano completo	20
TOTAL		**100**

Tabela 2: Borracheiro

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Experiência profissional na função de borracheiro, mediante comprovação por CTPS, contrato de trabalho, declaração ou certidão fornecida pelo empregador	5 pontos por ano completo	50
Cursos de capacitação, qualificação ou aperfeiçoamento relacionados à atividade de borracheiro, incluindo montagem, desmontagem, conserto, reparo ou manutenção de pneus, com carga horária mínima de 20 horas	10 pontos por curso	30
Cursos relacionados à manutenção preventiva de veículos e máquinas, mecânica básica, lubrificação, troca de óleo ou áreas correlatas às atribuições do cargo, com carga horária mínima de 20 horas	5 pontos por curso	20
TOTAL		**100**

Tabela 3: FONOAUDIÓLOGO

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Pós-Graduação Lato Sensu na área de Fonoaudiologia	10	20
Mestrado na área de Fonoaudiologia ou áreas afins	15	15
Cursos de atualização/aperfeiçoamento na área, mínimo de 20 horas	5	25
Experiência profissional na área, comprovada	2 pontos por ano	30
Curso de aperfeiçoamento/capacitação na área da Saúde, mínimo de 20 horas	5	10

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

TOTAL	**100**

Tabela 4: MERENDEIRA

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Ensino Fundamental completo	20	20
Ensino Médio Completo	30	30
Cursos de atualização, em qualquer área (mín. 20 horas)	05	30
Experiência na área de atuação, mediante comprovação: CTPS, Declaração ou Certidão, fornecida pelo empregador (dois pontos para cada ano, até limite de 10 anos).	02	20
TOTAL		**100**

Tabela 5: MONITOR DE ESCOLA

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Curso de Magistério ou formação técnica em Educação Infantil ou áreas correlatas	20	20
Curso superior completo ou em andamento na área da Educação – Pedagogia, Licenciaturas ou áreas afins	Completo: 20 pontos; em andamento: 10 pontos	20
Curso de capacitação ou aperfeiçoamento na área educacional (mínimo 40h)	5	20
Cursos de aperfeiçoamento na área de atuação da função (mín. 20 h.) (realizados nos últimos 3 anos).	10	20
Experiência na área de atuação, mediante comprovação: CTPS, Declaração ou Certidão, fornecida pelo empregador, sendo dois pontos para cada ano, até limite de 10 anos	2	20
TOTAL		**100**

Tabela 6: PROFESSOR DE ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização na área de atuação)	10	20
Experiência profissional como Professor nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental	5 por ano	30
Cursos de capacitação ou aperfeiçoamento em alfabetização, letramento, aprendizagem, metodologias de ensino e práticas pedagógicas (mínimo 20h)	5	25

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

Cursos de capacitação em Educação Especial, Educação Inclusiva, AEE, TEA, deficiência ou dificuldades/transtornos de aprendizagem (mínimo 20h)	5	25
TOTAL		**100**

Tabela 7: Professor de Geografia

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Pós-Graduação *Lato sensu* (Especialização na área de atuação)	20	20
Experiência profissional como Professor de Geografia	5 por ano	30
Cursos de aperfeiçoamento na área de atuação (mín. de 80 horas) (Máximo 5 Cursos)	10	50
TOTAL		**100**

Tabela 8: Secretário de Escola

ESPECIFICAÇÃO	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Curso Técnico em secretariado escolar (com carga horária mínima de 300 horas)	25	25
Curso Superior completo ou em andamento na área da Educação ou Administração	30	30
Cursos de aperfeiçoamento na área de atuação da função (mín. de 20 horas, realizados nos últimos 10 anos).	05	25
Curso de Informática.	20	20
TOTAL		**100**

7. ANÁLISE DOS CURRÍCULOS E DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR

7.1. No prazo de até 03 (três) dias úteis após a homologação final das inscrições, a Comissão designada procederá à análise dos currículos, conforme os critérios previamente estabelecidos neste Edital.

7.2. Concluída a identificação dos(as) candidatos(as) e a apuração da pontuação atribuída, o resultado preliminar da análise curricular será publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal e, se disponível, em meio eletrônico, abrindo-se, a partir de então, o prazo para interposição de recursos, nos termos estabelecidos neste Edital.

8. DOS RECURSOS RELATIVOS À CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

8.1. Da classificação preliminar dos(as) candidatos(as), caberá a interposição de recurso, uma única vez, no prazo comum de 01 (um) dia útil, endereçado à Comissão designada.

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

8.1.1. O recurso deverá conter a identificação completa do(a) recorrente, devidamente assinada, bem como a exposição clara e objetiva dos fundamentos que justifiquem a revisão da pontuação atribuída.
8.1.2. Será assegurado ao(à) candidato(a) o direito à vista dos currículos e documentos apresentados, exclusivamente na presença da Comissão, sendo permitidas anotações, vedada, contudo, a retirada de cópias ou reprodução por quaisquer meios.
8.1.3. Caso a Comissão, ao reanalisar o recurso, delibere pela sua procedência, a pontuação será retificada e o nome do(a) candidato(a) passará a integrar o rol de selecionados.
8.1.4. Permanecendo a decisão originária da Comissão, o recurso será encaminhado ao Senhor Prefeito Municipal para apreciação e julgamento, no prazo de 01 (um) dia útil, devendo a decisão ser devidamente fundamentada.

9. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE
9.1. Em caso de empate na pontuação obtida por dois ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:
9.1.1. Apresentar maior idade, entre aqueles com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme o disposto no Estatuto do Idoso;
9.1.2. Persistindo o empate, ou inexistindo candidatos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos no empate, apresentar maior idade, considerando-se a data de nascimento (dia/mês/ano);
9.1.3. Tiver obtido a maior pontuação no critério de titulação, considerando, na ordem, os títulos de Pós-graduação, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado;
9.1.4. Caso ainda persista o empate, este será resolvido por meio de sorteio, a ser realizado em ato público.
9.2. O sorteio ocorrerá em local e horário previamente definidos pela Comissão, com a presença dos candidatos interessados, os quais serão convocados por telefone, correio eletrônico ou outro meio eficaz, que assegure a ciência do(a) interessado(a) quanto à data, local e horário do sorteio.
9.3. A aplicação dos critérios de desempate será realizada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

10. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
10.1. Transcorrido o prazo para interposição de recursos, ou após o julgamento de todos os recursos apresentados, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Senhor Prefeito Municipal para homologação, no prazo de até 01 (um) dia útil.
10.2. Após a homologação do resultado final, será publicado edital contendo a classificação geral dos(as) candidatos(as) aprovados(as), momento em que se iniciará o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

11. DAS CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

11.1. Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Senhor Prefeito Municipal, será convocado o primeiro colocado para, no prazo de até 02 (dois) dias, prorrogável uma única vez a critério da Administração, apresentar a documentação comprobatória das seguintes condições:
11.1.1. Ser brasileiro(a) ou estrangeiro(a) conforme as disposições legais aplicáveis;
11.1.2. Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
11.1.3. Apresentar atestado médico, expedido pelo serviço médico oficial do Município, atestando gozo de boa saúde física e mental;
11.1.4. Possuir a escolaridade mínima exigida para o cargo, conforme especificado neste Edital;
11.1.5. Apresentar declaração de bens e rendas, conforme modelo disponibilizado pelo Município.
11.2. A convocação do(a) candidato(a) classificado(a) será realizada pessoalmente ou por meio de telefone, correio eletrônico ou qualquer outro meio que assegure a ciência inequívoca do(a) convocado(a).
11.3. Não comparecendo o(a) candidato(a) convocado(a), ou verificando-se o não cumprimento das condições exigidas para a contratação, serão convocados(as) os(as) demais candidatos(as) classificados(as), observando-se a ordem de classificação crescente.
11.4. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado será de 12 (doze) meses, prorrogável por uma única vez, por igual período, a critério da Administração.
11.5. Durante o período de validade do Processo Seletivo Simplificado, caso ocorra rescisão contratual, poderão ser chamados(as) os(as) demais candidatos(as) classificados(as) para a contratação pelo tempo remanescente, respeitada a ordem de classificação.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS
12.1. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do(a) candidato(a), sendo a publicação do resultado final a única forma de comprovação da aprovação.
12.2. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) e classificados(as) deverão manter atualizados os seus endereços, para fins de convocação e comunicação oficial.
12.3. Respeitada a natureza da função temporária, por razões de interesse público, poderá ocorrer a readequação das condições inicialmente estabelecidas neste Edital, conforme disposto na legislação vigente.
12.4. Os casos omissos e as situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada, em conformidade com a legislação pertinente e com o interesse público.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE, em 17 de setembro de 2026.

VANDERLEI HERMES
Prefeito

A FORÇA DO TRABALHO
MOLDANDO O FUTURO DA NOSSA GENTE!

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE
EM 17.09.2026.

JÚLIA ROBERTA HAMMERSCHMITT
Secretária Municipal da Administração,
Planejamento, Indústria e Comércio.

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

ANEXO I

MODELO DE CURRÍCULO PARA PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CARGO:

1. DADOS PESSOAIS

1.1 Nome completo: _____

1.2 Filiação: _____

1.3 Nacionalidade: _____

1.4 Naturalidade: _____

1.5 Data de Nascimento: _____

1.6 Estado Civil: _____

2. DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

2.1 Carteira de Identidade e órgão expedidor: _____

2.2 Cadastro de Pessoa Física – CPF: _____

2.3 Título de Eleitor _____ **Zona:** _____ **Seção:** _____

2.4 Número do certificado de reservista: _____

2.5 Endereço Residencial: _____

2.6 Endereço Eletrônico: _____

2.7 Telefone residencial e celular: _____

2.8 Outro endereço e telefone para contato ou recado: _____

3. ESCOLARIDADE: _____

4. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

_____

_____

_____

_____

_____

_____

Arroio do Tigre – RS, ___ de _____ de 2026.

_____

Assinatura do Candidato

A FORÇA DO TRABALHO
MOLDANDO O FUTURO DA NOSSA GENTE!
Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

ANEXO II
CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Descrição	Prazo	Data
ABERTURA DAS INSCRIÇÕES	**5 dias**	21/09/2026 até 25/09/2026
PUBLICAÇÃO DOS INSCRITOS	**1 dia**	28/09/2026
ANÁLISE DOS CURRÍCULOS	**3 dias**	29/09/2026 até 1º/10/2026
PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PRELIMINAR	**1 dia**	02/10/2026
RECURSO	**1 dia**	05/10/2026
MANIFESTAÇÃO DA COMISSÃO NA RECONSIDERAÇÃO	**1 dia**	06/10/2026
JULGAMENTO DO RECURSO PELO PREFEITO E APLICAÇÃO DO CRITÉRIO DE DESEMPATE	**1 dia**	07/10/2026
PUBLICAÇÃO DA RELAÇÃO FINAL DE INSCRITOS	**1 dia**	08/10/2026

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE

ANEXO III

Cargo	Provimento	Nº de Vagas/ Cadastro Reserva (CR)	Carga Horária semanal	Vencimentos	Avaliação
Auxiliar De Saúde Bucal	Contrato Temporário	CR	40h	R$ 1.600,20	Análise de Currículo
Borracheiro	Contrato Temporário	CR	40h	R$ 2.089,15	Análise de Currículo
Fonoaudiólogo	Contrato Temporário	CR	40h	R$ 5.814,06	Análise de Currículo
Merendeira	Contrato Temporário	CR	44h	R$ 1.600,20	Análise de Currículo
Monitor De Escola	Contrato Temporário	CR	44h	R$ 1.600,20	Análise de Currículo
Professor	Contrato Temporário	CR	22h	R$ 2.170,21	Análise de Currículo
Secretário de Escola	Contrato Temporário	CR	44h	R$ 1.600,20	Análise de Currículo
* Os cargos descritos na tabela acima farão jus ao benefício de vale alimentação no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) mensais.					

Assinado digitalmente por Julia Roberta Hammerschmitt, Vanderlei Hermes. Verifique a autenticidade em verificador.betha.cloud e insira o código DON-LK0-E9Q-7R3.

B | NoPaper

Data de criação do documento: 17/09/2026 às 13:19:03

Assinantes

✓ Julia Roberta Hammerschmitt

Assinou em 17/09/2026 às 13:19:11 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Julia Roberta Hammerschmitt, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

✓ Vanderlei Hermes

Assinou em 17/09/2026 às 16:04:34 com o certificado avançado da Betha Sistemas.

Eu, Vanderlei Hermes, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento

Documento assinado digitalmente.
Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

DON-LK0-E9Q-7R3

Aviso de Dispensa

O Município de Arroio do Tigre-RS, comunica aos interessados que até o dia 22.09.2026 estará recebendo propostas para contratação de empresa **AQUISIÇÃO DE METALHAS E TROFÉUS PARA PRIMEIROS, SEGUNDOS E TERCEIROS COLOCADOS NAS MODALIDADES LIVRE, VETERANO, AJURATI E FEMININO DA II TAÇA ARROIO DO TIGRE DE FUTSAL CRESOL.** Fundamento legal art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133-2021. Maiores informações no email: licitacao@arroiodotigre.rs.gov.br ou pelo fone - 51 3747 1122. Vanderlei Hermes - Prefeito Municipal.

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026

Município de Arroio do Tigre / RS
Edital de Pregão Eletrônico nº 54/2026
Tipo de julgamento: Menor preço por item
Modo de disputa: Aberto
Processo nº 193/2026

Edital de pregão eletrônico para AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA. N° DA PROPOSTA 029919/2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**, Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Vanderlei Hermes, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09 horas do dia 01 de outubro de 2026,** na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, reunir-se-ão a agente de contratação e a equipe de apoio, designados por Portaria, com a finalidade de receber e julgar propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento dos bens descritos no objeto deste edital e seus anexos, processando essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

1. LOCAL, DATA E HORA:
1.1. A sessão pública será realizada no site, www.bll.org.br no **dia 01 de outubro de 2026**, com início às **9h00** horário de Brasília – DF.
1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas por meio do site acima citado, até o dia 01/10/2026 às 7h59.
1.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
1.4. O presente Edital poderá ser obtido, por meio dos sites www.arroiodotigre.rs.gov.br ou www.bll.org.br. Outras informações poderão ser solicitadas pelo seguinte e-mail: licitacao@arroiodotigre.rs.gov.br.

2. DO OBJETO:
2.1. Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA. N° DA PROPOSTA 029919/2026.**

Item	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UN
01	Plaina traseira nova modelo manual com dimensões mínimas de largura de 2m, altura mínima de 0,415m, com peso de 290kg, utilizável em trator de 60cv a100cv.	03 UN	7.476,66
02	Enleirador novo modelo 2,4m, com hastes com espessura de 1, espaçamento entre hastes 128mm, largura de trabalho ,40m,	01 UN	7.050,00

	profundidade de trabalho 12cm, altura total mínima do equipamento 0,51m.		
03	Ensacadeira de silagem nova, modelo a gasolina, com motor de no mínimo 6,5hp na lateral, com 2 eixos, embreagem lubrificada a óleo, capacidade até 6t/h, consumo de 450ml por hora trabalhada, compactação e peso do saco regulável até 35kg, desacelera automaticamente, com misturador.	06 UN	7.432,66
04	Grade aradora de solo nova, modelo 16dx26x6mm, com transporte hidráulico, pneus novos 07.50.16, mancais banhados a óleo, espessura dos tubos do chassi 6,30mm, peso mínimo 1900kg- altura mínima de 1,10m, largura mínima de 2,20m, comprimento 5.50m, dimensão dos discos de 26x6mm, espaçamento mínimo entre discos 270mm, utilizável em tratores de 65cv a 100cv	01 UN	38.800,00
05	Concha traseira nova, modelo automático, volume mínimo de 280l, largura mínima de corte de 0,80m, capacidade mínima de 500kg, altura do levante 2,5m, dimensões 3,10mx0,85mx0,85m, acionamento automático.	01 UN	6.374,76
06	CARRETA AGRÍCOLA NOVA MODELO DE NO MÍNIMO 5 TONELADAS, MATERIAL METAL, COM EIXO TANDEM, COM FREIO, COM 4 PNEUS NOVOS 750/16 COM 8 LONAS, AROS DE 16,6 FUROS, MEDIDAS 3,26MX1,85MX1M, PESO 1020KG, COM PISTÃO HIDRÁULICO BASCULANTE.	01 UN	30.000,31
07	Classificador de sementes nova, modelo com capacidade mínima de pre limpeza de 25 sacos/h, classificação de 12sc/número mínimo de peneiras de 03, estrutura em tubos industriais, peneiras em ângulos de 10º a 15º, saída de ar embaixo da 1º peneira, peneiras auto limpante,3 conjuntos de peneiras,1º peneira com faixa cega, peso mínimo de 270kg, motor de 3/4cv elétrico monofásico, dimensões de altura mínima de 1,65m, largura de 1,10m, comprimento mínimo de 1,79m e largura da peneira de 0,47cm.	01 UN	24.993,33
08	Escarificador novo ,modelo com 3 hastes, rolo destorroador e roda limitadora, dimensões mínimas de largura de 1,70m,comprimento mínimo de 1,70m,altura mínima de 1,50m,largura entre as hastes de 0,60m regulável, três conjuntos de corte regulável com discos lisos de 18,caneleira e botinhas trováveis, hastes com desarme automático, regulagem e ajustes da pressão de desarme, modelo hidráulico, com rolo destorroador de 2,10m e roda limitadora com pneus de 6,45/13,peso mínimo de 640kg,profundidade de trabalho de 15 a 45 cm, potência mínima exigida por haste de 20cv.	02 UN	35.400,00
09	Esparramador de sólidos nova, modelo de sistema de cocho em linhas, no hidráulico com cabeçalho para arrasto, dimensões mínimas de largura total do equipamento de 3,10m, largura efetiva	01 UN	9.530,00

	de trabalho de 2,5m, com capacidade mínima de 1250kg e com pneus novos.		
10	Lascador de lenha novo, modelo para 18 toneladas a trator, dimensões mínimas de comprimento total de 3,15m, largura total de 0,88m, altura total de 0,83m, comprimento máximo de corte 1,2m, largura da base de corte 166mm, com reforço nas laterais para acomodar a madeira de 299mm, altura do chassi 315mm, peso de 280kg, com faca dupla removível de altura 0,46m, diâmetro externo da camisa de pistão 155mm, curso do pistão de 1,20m, acionamento por comando auxiliar.	03 UN	13.333,33

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.bll.org.br.

3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.

3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.

3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS

4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6.

4.2. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pela pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo máximo fixado pelo edital ou em diligência específica.

5. PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão do pregão.
5.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo IV – Modelo de Proposta Financeira, com a indicação completa do produto ofertado, a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.
5.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
Para fins de habilitação neste certame, a licitante vencedora deverá encaminhar, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas, após o término da fase de lances**, juntamente com a **proposta atualizada,** os seguintes documentos:

6.1. REGRAS GERAIS DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS
6.1.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
6.1.2. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão e/ou a pregoeira poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2. DAS CONSULTAS CONSOLIDADAS PELA ADMINISTRAÇÃO
6.2.1. Como condição prévia à habilitação e para fins de verificação de eventuais sanções vigentes de impedimento de licitar e contratar, a Administração Pública realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (Certidões APF) no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (TCU).
6.2.2. A consulta referida no item anterior abrangerá as informações consolidadas do Cadastro de Licitantes Inidôneos do TCU, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ.
6.2.3. Constatada a existência de sanção executável e vigente que impeça a participação no certame ou a futura contratação, a licitante será inabilitada.

6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA
a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localiza a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural; ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio;
c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

6.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA
a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento.

6.6. DECLARAÇÕES
a) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
b) a licitante que pretender usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123/2006 deverá apresentar declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável, assinada pelo Contador responsável;

c) declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
d) declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre/RS ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) declaração de que não emprega servidor público;
f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
g) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7. VEDAÇÕES
7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
7.2. O impedimento de que trata a alínea “a” do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, a pregoeira abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.
8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.3. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
9.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
9.2. Serão desclassificadas as propostas que:
a) contiverem vícios insanáveis;
b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
9.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.
9.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
9.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
9.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
9.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
9.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
9.7.4. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
9.7.5. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA
10.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

10.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico oficial e na plataforma utilizada.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE
11.1. Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.
11.2. Persistindo o empate, serão adotados os critérios previstos na legislação aplicável e neste edital.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO
12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.
12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, deverão ser encaminhados no prazo fixado pela pregoeira.
12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.
12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO
13.1. Os documentos de habilitação enviados serão examinados pela pregoeira, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.
13.2. As certidões apresentadas em meio eletrônico serão tidas como originais após conferência da autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.
13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado durante o transcurso do respectivo prazo.
13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao edital.
13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação de intenção de recurso.

14. RECURSO
14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) anulação ou revogação da licitação.
14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
b) a apreciação dar-se-á em fase única.
14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
16.3. O Contrato e os instrumentos dela decorrentes vincularão a contratada ao integral cumprimento das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e na legislação aplicável.
16.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do ajuste nas condições propostas pelo licitante vencedor.
16.5. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO
O contrato terá vigência de 12 meses, podendo ser prorrogado, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
18.1. O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre – RS, até o 30° (trigésimo) dia após a data do recebimento definitivo do material ou da verificação dos serviços prestados pela fiscalização, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal em moeda corrente nacional.
18.2. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetua cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
18.3. Caso a CONTRATADA não seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei n° 9317/96, serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, conforme previsto na legislação vigente.
18.4. Deverão ser observadas a Instrução Normativa 2110/2022 e a Instrução Normativa 2145/23, que versam sobre INSS e IRRF, respectivamente, quando da emissão das notas fiscais, pois as mesmas serão devolvidas para retificação caso não atendam a legislação tributária.
18.5. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão Eletrônico e número da Ordem de Empenho, a fim de acelerar o trâmite do recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO
19.1. Prazo de entrega: até 30 dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
Local de entrega: Almoxarifado Municipal, Rua Benjamin Mainardi, 82 Bairro Industrial
19.2. O recebimento será:
- provisório, no ato da entrega;
- definitivo, após conferência das especificações e testes de funcionamento.

19.3. Verificada a desconformidade de algum dos itens, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
19.4. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
m) praticar ato lesivo previsto na Lei n° 12.846/2013;
20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b”.
20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do ajuste com a aplicação cumulada de outras sanções.
20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será poderá ser cobrada na forma da lei.
20.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
20.7. Na aplicação das sanções, será assegurado o contraditório e ampla defesa, observando os prazos legais.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações deverão ser enviados a pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico: www.bll.org.br.
21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no mesmo endereço eletrônico: www.bll.org.br.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.
22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.
22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.
22.4. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, que contêm as especificações, requisitos, condições de fornecimento, critérios de recebimento e demais condições da contratação.
22.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Tigre/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do ajuste dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

23. DOS ANEXOS DO EDITAL:
23.1. Fazem parte deste Edital:
ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Gabinete do Prefeito Municipal em Arroio do Tigre, RS, em 18 de setembro de 2026.

Vanderlei Hermes
Prefeito Municipal

Este Edital se encontra examinado e aprovado por essa Assessoria Jurídica
Em 18/09/2026

Flávia Thaís Stein
Assessora Jurídica
OAB/RS 120.762

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Objeto: Aquisição de implementos agrícolas destinados ao fortalecimento das Patrulhas Agrícolas Comunitárias existentes nas comunidades do interior do Município.

1. Descrição da necessidade da contratação
A Secretaria Municipal de Agricultura mantém Patrulhas Agrícolas Comunitárias distribuídas em diversas localidades do interior do Município. Essas patrulhas são organizadas pelas comunidades rurais, em sistema semelhante ao de associações de produtores, contando com apoio e coordenação do Município para disponibilização de serviços de mecanização agrícola aos pequenos produtores rurais e agricultores familiares.
Com o aumento da demanda pelos serviços e o desgaste natural dos implementos atualmente utilizados, verifica-se a necessidade de aquisição de novos equipamentos, visando fortalecer as patrulhas existentes, ampliar a capacidade de atendimento e proporcionar maior eficiência na execução dos serviços agrícolas.
A contratação contribuirá para o desenvolvimento da agricultura familiar, o aumento da produtividade rural e a melhoria das condições de trabalho dos agricultores do Município.

2. Previsão no Plano de Contratações
A contratação está alinhada ao planejamento da Secretaria Municipal de Agricultura e será executada conforme disponibilidade orçamentária e financeira do Município.

3. Requisitos da contratação
Os implementos deverão ser:
- novos, sem uso anterior;
- compatíveis com os tratores da frota municipal;
- entregues em perfeitas condições de funcionamento;
- acompanhados de manual em português;
- possuir garantia mínima de 12 meses contra defeitos de fabricação;
- atender às normas técnicas vigentes.

4. Estimativa das quantidades
Serão adquiridos diversos implementos agrícolas, conforme levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Agricultura, destinados ao atendimento das Patrulhas Agrícolas Comunitárias distribuídas no interior do Município.

Item	Descrição	Quant.
01	Plaina traseira nova modelo manual com dimensões mínimas de largura de 2m, altura mínima de 0,415m, com peso de 290kg, utilizável em trator de 60cv a100cv.	03
02	Enleirador novo modelo 2,4m, com hastes com espessura de 1, espaçamento entre hastes 128mm, largura de trabalho ,40m, profundidade de trabalho 12cm, altura total mínima do equipamento 0,51m.	01

03	Ensacadeira de silagem nova, modelo a gasolina, com motor de no mínimo 6,5hp na lateral, com 2 eixos, embreagem lubrificada a óleo, capacidade até 6t/h, consumo de 450ml por hora trabalhada, compactação e peso do saco regulável até 35kg, desacelera automaticamente, com misturador.	06
04	Grade aradora de solo nova, modelo 16dx26x6mm, com transporte hidráulico, pneus novos 07.50.16, mancais banhados a óleo, espessura dos tubos do chassi 6,30mm, peso mínimo 1900kg-altura mínima de 1,10m, largura mínima de 2,20m, comprimento 5.50m, dimensão dos discos de 26x6mm, espaçamento mínimo entre discos 270mm, utilizável em tratores de 65cv a 100cv	01
05	Concha traseira nova, modelo automático, volume mínimo de 280l, largura mínima de corte de 0,80m, capacidade mínima de 500kg, altura do levante 2,5m, dimensões 3,10mx0,85mx0,85m, acionamento automático.	01
06	CARRETA AGRÍCOLA NOVA MODELO DE NO MÍNIMO 5 TONELADAS, MATERIAL METAL, COM EIXO TANDEM, COM FREIO, COM 4 PNEUS NOVOS 750/16 COM 8 LONAS, AROS DE 16,6 FUROS, MEDIDAS 3,26MX1,85MX1M, PESO 1020KG, COM PISTÃO HIDRÁULICO BASCULANTE.	01
07	Classificador de sementes nova, modelo com capacidade mínima de pre limpeza de 25 sacos/h, classificação de 12sc/número mínimo de peneiras de 03, estrutura em tubos industriais, peneiras em ângulos de 10º a 15º, saída de ar embaixo da 1º peneira, peneiras auto limpante,3 conjuntos de peneiras,1º peneira com faixa cega, peso mínimo de 270kg, motor de 3/4cv elétrico monofásico, dimensões de altura mínima de 1,65m, largura de 1,10m, comprimento mínimo de 1,79m e largura da peneira de 0,47cm.	01
08	Escarificador novo ,modelo com 3 hastes, rolo destorroador e roda limitadora, dimensões mínimas de largura de 1,70m,comprimento mínimo de 1,70m,altura mínima de 1,50m,largura entre as hastes de 0,60m regulável, três conjuntos de corte regulável com discos lisos de 18,caneleira e botinhas trováveis, hastes com desarme automático, regulagem e ajustes da pressão de desarme, modelo hidráulico, com rolo destorroador de 2,10m e roda limitadora com pneus de 6,45/13,peso mínimo de 640kg,profundidade de trabalho de 15 a 45 cm, potência mínima exigida por haste de 20cv.	02
09	Esparramador de sólidos nova, modelo de sistema de cocho em linhas, no hidráulico com cabeçalho para arrasto, dimensões mínimas de largura total do equipamento de 3,10m, largura efetiva de trabalho de 2,5m, com capacidade mínima de 1250kg e com pneus novos.	01
10	Lascador de lenha novo, modelo para 18 toneladas a trator, dimensões mínimas de comprimento total de 3,15m, largura total de 0,88m, altura total de 0,83m, comprimento máximo de corte 1,2m, largura da base de corte 166mm, com reforço nas laterais para acomodar a madeira de 299mm, altura do chassi 315mm, peso de 280kg, com faca dupla removível de altura 0,46m, diâmetro externo da camisa de pistão 155mm, curso do pistão de 1,20m, acionamento por comando auxiliar.	03

5. Levantamento de mercado

Foi verificada a existência de diversos fornecedores aptos ao fornecimento dos implementos agrícolas pretendidos.
Considerando tratar-se de bens comuns, padronizados e amplamente comercializados no mercado nacional, conclui-se que a realização de **Pregão Eletrônico**, com julgamento pelo menor preço por item, constitui a solução mais vantajosa para a Administração, assegurando ampla competitividade, economicidade e transparência.

6. Estimativa do valor
O valor estimado será definido mediante pesquisa de preços realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, utilizando fontes oficiais e cotações de mercado.

Item	Descrição	Quant.	Forn 01	Licitacon 01	Licitacon 02	Média	Total da média
01	Plaina traseira	03	7.500,00	6.250,00	8.680,00	7.476,66	22.429,98
02	Enleirador	01	7.700,00	6.150,00	7.300,00	7.050,00	7.050,00
03	Ensacadeira	06	9.500,00	6.498,00	6.300,00	7.432,66	44.596,00
04	Grade aradora de solo	01	39.800,00	40.000,00	36.600,00	38.800,00	38.800,00
05	Concha traseira	01	7.980,00	7.044,30	4.100,00	6.374,76	6.374,76
06	CARRETA AGRÍCOLA	01	29.800,00	32.000,00	28.200,92	30.000,31	30.000,31
07	Classificador de sementes	01	24.900,00	25.100,00	24.980,00	24.993,33	24.993,33
08	Escarificador	02	36.000,00	30.500,00	39.700,00	35.400,00	70.800,00
09	Esparramador de sólidos	01	9.490,00	9.300,00	9.800,00	9.530,00	9.530,00
10	Lascador de lenha	03	12.500,00	14.000,00	13.500,00	13.333,33	40.000,00

7. Descrição da solução
A solução consiste na aquisição de diversos implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento das Patrulhas Agrícolas Comunitárias existentes nas comunidades do interior do Município, possibilitando a ampliação da capacidade operacional, melhoria da prestação dos serviços de mecanização agrícola e atendimento mais eficiente aos pequenos produtores rurais.

8. Justificativa do parcelamento
A contratação será realizada por itens, possibilitando maior competitividade entre os fornecedores, ampliação da participação de empresas especializadas e obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, sem prejuízo da execução do objeto.

9. Resultados pretendidos
Com a contratação pretende-se:
- fortalecer as Patrulhas Agrícolas Comunitárias;

- ampliar o atendimento aos agricultores familiares e pequenos produtores;
- melhorar a qualidade dos serviços de mecanização agrícola;
- reduzir custos de manutenção de equipamentos antigos;
- incentivar o desenvolvimento da agricultura e da economia rural do Município.

10. Providências da Administração
Serão realizadas a pesquisa de preços, elaboração do Termo de Referência, reserva orçamentária, designação de fiscal do contrato e demais procedimentos necessários à realização do Pregão Eletrônico.

11. Contratações correlatas
Não há contratações correlatas ou interdependentes que impeçam a execução do objeto.

12. Impactos ambientais
Os implementos adquiridos deverão atender às normas ambientais aplicáveis, contribuindo para maior eficiência operacional e redução de desperdícios, cabendo ao fornecedor observar a legislação vigente quanto à fabricação, transporte e destinação adequada de resíduos.

13. Conclusão
Diante da análise realizada, conclui-se que a contratação é **tecnicamente viável**, **economicamente vantajosa** e atende ao interesse público, sendo necessária para fortalecer as Patrulhas Agrícolas Comunitárias distribuídas nas comunidades do interior do Município, ampliando o atendimento aos pequenos produtores rurais e promovendo o desenvolvimento da agricultura local.
Assim, recomenda-se o prosseguimento da contratação por meio de **Pregão Eletrônico**, do tipo **menor preço por item**, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Arroio do Tigre, 08 de setembro de 2026.

Gilberto Abel Schafer

Secretário de Agricultura e Meio Ambiente.

Vanderlei Hermes

Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO
Aquisição de implementos agrícolas novos, destinados ao fortalecimento das Patrulhas Agrícolas Comunitárias existentes nas comunidades do interior do Município, visando ampliar a capacidade operacional dos serviços prestados aos produtores rurais, conforme especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
A presente contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente nos arts. 6º, XXIII, 18 e 40, bem como no Estudo Técnico Preliminar (ETP).
A aquisição decorre da necessidade de modernização e ampliação da infraestrutura das Patrulhas Agrícolas Comunitárias, proporcionando melhores condições para atendimento aos agricultores familiares e demais produtores rurais, promovendo o desenvolvimento da produção agropecuária, o aumento da produtividade, a redução dos custos operacionais e o fortalecimento da economia rural do Município.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO
A solução consiste na aquisição de implementos agrícolas novos, de primeiro uso, devidamente certificados pelo fabricante, com garantia mínima de 12 (doze) meses, destinados à utilização pelas Patrulhas Agrícolas Comunitárias.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS ITENS

Item	Descrição	Quant.
01	Plaina traseira nova modelo manual com dimensões mínimas de largura de 2m, altura mínima de 0,415m, com peso de 290kg, utilizável em trator de 60cv a100cv.	03
02	Enleirador novo modelo 2,4m, com hastes com espessura de 1, espaçamento entre hastes 128mm, largura de trabalho ,40m, profundidade de trabalho 12cm, altura total mínima do equipamento 0,51m.	01
03	Ensacadeira de silagem nova, modelo a gasolina, com motor de no mínimo 6,5hp na lateral, com 2 eixos, embreagem lubrificada a óleo, capacidade até 6t/h, consumo de 450ml por hora trabalhada, compactação e peso do saco regulável até 35kg, desacelera automaticamente, com misturador.	06
04	Grade aradora de solo nova, modelo 16dx26x6mm, com transporte hidráulico, pneus novos 07.50.16, mancais banhados a óleo, espessura dos tubos do chassi 6,30mm, peso mínimo 1900kg-altura mínima de 1,10m, largura mínima de 2,20m, comprimento 5.50m, dimensão dos discos de 26x6mm, espaçamento mínimo entre discos 270mm, utilizável em tratores de 65cv a 100cv	01
05	Concha traseira nova, modelo automático, volume mínimo de 280l, largura mínima de corte de 0,80m, capacidade mínima de 500kg, altura do levante 2,5m, dimensões 3,10mx0,85mx0,85m, acionamento automático.	01

06	CARRETA AGRÍCOLA NOVA MODELO DE NO MÍNIMO 5 TONELADAS, MATERIAL METAL, COM EIXO TANDEM, COM FREIO, COM 4 PNEUS NOVOS 750/16 COM 8 LONAS, AROS DE 16,6 FUROS, MEDIDAS 3,26MX1,85MX1M, PESO 1020KG, COM PISTÃO HIDRÁULICO BASCULANTE.	01
07	Classificador de sementes nova, modelo com capacidade mínima de pre limpeza de 25 sacos/h, classificação de 12sc/número mínimo de peneiras de 03, estrutura em tubos industriais, peneiras em ângulos de 10º a 15º, saída de ar embaixo da 1º peneira, peneiras auto limpante,3 conjuntos de peneiras,1º peneira com faixa cega, peso mínimo de 270kg, motor de 3/4cv elétrico monofásico, dimensões de altura mínima de 1,65m, largura de 1,10m, comprimento mínimo de 1,79m e largura da peneira de 0,47cm.	01
08	Escarificador novo ,modelo com 3 hastes, rolo destorroador e roda limitadora, dimensões mínimas de largura de 1,70m,comprimento mínimo de 1,70m,altura mínima de 1,50m,largura entre as hastes de 0,60m regulável, três conjuntos de corte regulável com discos lisos de 18,caneleira e botinhas trováveis, hastes com desarme automático, regulagem e ajustes da pressão de desarme, modelo hidráulico, com rolo destorroador de 2,10m e roda limitadora com pneus de 6,45/13,peso mínimo de 640kg,profundidade de trabalho de 15 a 45 cm, potência mínima exigida por haste de 20cv.	02
09	Esparramador de sólidos nova, modelo de sistema de cocho em linhas, no hidráulico com cabeçalho para arrasto, dimensões mínimas de largura total do equipamento de 3,10m, largura efetiva de trabalho de 2,5m, com capacidade mínima de 1250kg e com pneus novos.	01
10	Lascador de lenha novo, modelo para 18 toneladas a trator, dimensões mínimas de comprimento total de 3,15m, largura total de 0,88m, altura total de 0,83m, comprimento máximo de corte 1,2m, largura da base de corte 166mm, com reforço nas laterais para acomodar a madeira de 299mm, altura do chassi 315mm, peso de 280kg, com faca dupla removível de altura 0,46m, diâmetro externo da camisa de pistão 155mm, curso do pistão de 1,20m, acionamento por comando auxiliar.	03

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

As Patrulhas Agrícolas Comunitárias desempenham papel essencial no apoio aos produtores rurais, disponibilizando equipamentos destinados à execução de serviços agrícolas que contribuem para o aumento da produtividade e melhoria das condições de trabalho no meio rural.

Entretanto, o crescimento da demanda pelos serviços, aliado ao desgaste natural dos equipamentos atualmente disponíveis, torna necessária a aquisição de novos implementos agrícolas para assegurar a continuidade, eficiência e qualidade dos atendimentos prestados.

A contratação contribuirá para:

- fortalecimento da agricultura familiar;
- incentivo ao desenvolvimento rural sustentável;
- aumento da capacidade de atendimento das patrulhas;
- redução do tempo de espera dos produtores;
- melhoria da eficiência das operações agrícolas.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os implementos deverão:

- ser novos, sem uso anterior;
- possuir fabricação recente;
- atender às normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis;
- possuir garantia mínima de 12 meses;
- acompanhar manuais de operação e manutenção em português;
- possuir assistência técnica autorizada no território nacional;
- ser entregues completos, montados e em condições de funcionamento.

7. ENTREGA

Prazo de entrega: até 30 dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento.
Local de entrega:
Almoxarifado Municipal, Rua Benjamin Mainardi, 82 Bairro Industrial

O recebimento será:

- provisório, no ato da entrega;
- definitivo, após conferência das especificações e testes de funcionamento.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deverá:

- fornecer equipamentos em conformidade com as especificações;
- substituir equipamentos que apresentarem defeitos;
- prestar garantia durante todo o período contratual;
- responder por danos causados à Administração ou a terceiros.

9. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Compete ao Município:

- acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
- efetuar os pagamentos;
- disponibilizar local para entrega;
- comunicar formalmente qualquer irregularidade.

10. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

Somente serão aceitos equipamentos que:

- atendam integralmente às especificações técnicas;
- estejam em perfeito estado de conservação;
- possuam identificação do fabricante;
- sejam entregues com todos os acessórios obrigatórios.

11. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

O julgamento será pelo menor preço por item, observadas todas as especificações técnicas exigidas.

12. ESTIMATIVA DO VALOR

O valor estimado será definido mediante pesquisa de preços realizada conforme a Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, utilizando fontes oficiais e cotações de mercado.

Item	Descrição	Quant.	Forn 01	Licitacon 01	Licitacon 02	Média	Total da média
01	Plaina traseira	03	7.500,00	6.250,00	8.680,00	7.476,66	22.429,98
02	Enleirador	01	7.700,00	6.150,00	7.300,00	7.050,00	7.050,00
03	Ensacadeira	06	9.500,00	6.498,00	6.300,00	7.432,66	44.596,00
04	Grade aradora de solo	01	39.800,00	40.000,00	36.600,00	38.800,00	38.800,00
05	Concha traseira	01	7.980,00	7.044,30	4.100,00	6.374,76	6.374,76
06	CARRETA AGRÍCOLA	01	29.800,00	32.000,00	28.200,92	30.000,31	30.000,31
07	Classificador de sementes	01	24.900,00	25.100,00	24.980,00	24.993,33	24.993,33
08	Escarificador	02	36.000,00	30.500,00	39.700,00	35.400,00	70.800,00
09	Esparramador de sólidos	01	9.490,00	9.300,00	9.800,00	9.530,00	9.530,00
10	Lascador de lenha	03	12.500,00	14.000,00	13.500,00	13.333,33	40.000,00

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
A contratação será custeada com recursos oriundos de emenda orçamentária.
Ação: 1425

14. FISCALIZAÇÃO
A execução contratual será acompanhada pelo servidor designado como fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
GESTOR: Gilberto Abel Schafer
FISCAL: Flamir Schneider

15. SANÇÕES
Aplicam-se as sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021.

16. VIGÊNCIA
O contrato terá vigência de 12 meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado nos casos previstos em lei, quando cabível.

17. DISPOSIÇÕES FINAIS
Integram este Termo de Referência:

- Estudo Técnico Preliminar (quando exigível);
- Pesquisa de preços;
- Mapa comparativo de preços;
- Especificações técnicas dos implementos;

- Demais documentos do processo administrativo.

Arroio do Tigre – RS, 09 de setembro de 2026

Miriam Redin
Responsável pela elaboração do Termo

Gilberto Abel Schafer
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

Anexo III
Minuta do Contrato

PREGÃO ELETRÔNICO nº 54/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 193/2026

Contrato administrativo celebrado entre o MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS, sito a Rua Carlos Ensslin, nº 165, CNPJ nº 87.590.998/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. VANDERLEI HERMES, inscrito no CPF n° 615.999.560-04, doravante denominado CONTRATANTE, e de outra parte a empresa xxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº xxxxx, com sede xxxxxx, x, CEP xxxx, neste ato representado pelo seu sócio administrador, xxxxxx, inscrito no CPF sob nº xxxx, residente e domiciliado na xxxx, CEP xxxxxx0, doravante denominado CONTRATADA, declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, com base no Processo de Licitação nº 193/2026, Pregão Eletrônico nº 54/2026, nos termos da Lei nº 14.1333/21, tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA. N° DA PROPOSTA 029919/2026.**

Item	Qtd	Un	Produto	Marca	Valor Un	Valor Total
01						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:
2.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: o Edital do Pregão Eletrônico nº 54/2026 do município de Arroio do Tigre - RS, a Proposta da CONTRATADA vencedora na aludida licitação e o resultado do Pregão expresso na respectiva ata de julgamento da proposta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:
3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. O prazo de entrega não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados a partir do envio do empenho ou ordem de compra.
4.2. Verificada a desconformidade de algum dos itens, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
4.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.
4.4. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Municipal, Rua Benjamin Mainardi, 82 Bairro Industrial mediante recebimento de servidor, após conferência das especificações e testes de funcionamento.
4.5. Os implementos deverão ser novos, sem uso anterior, possuir fabricação recente, atender às normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis, acompanhar manuais de operação e

manutenção em português, possuir assistência técnica autorizada no território nacional, ser entregues completos, montados e em condições de funcionamento.
4.6. Os implementos deverão possuir garantia mínima de 12 meses;

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

5.1. Fica designada o Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente Sr. Gilberto Abel Schafer, como gestor do contrato, enquanto o Servidor Flamir Schneider fica designada como responsável pela fiscalização e acompanhamento do presente instrumento, nos termos do Decreto Municipal nº 3.552 de 09 de janeiro de 2024.

5.2. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificada exercer a verificação concreta do objeto, devendo a servidora designada verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações a gestora do Contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a CONTRATADA, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, etc.
5.3. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a respectiva execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
5.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO
6.1. O valor total do presente contrato é de R$ XXX.
6.1.1. No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
6.2. O pagamento à prestação dos serviços será efetuado sempre até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao início da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e relatórios para cada canal de comunicação, que deverão conter informações sobre disponibilidade, utilização de banda e taxas de erros, para avaliar os serviços prestados, com a finalidade de apontar problemas iminentes e sugerir as correções necessárias
6.3. O Município pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.
6.4. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/ Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.

6.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à CONTRATANTE.
6.6. No processo de liquidação da despesa oriunda deste contrato, o CONTRATANTE promoverá a comunicação aos órgãos fazendários competentes dos valores pagos à CONTRATADA e procederá, quando for o caso, às retenções tributárias devidas nos termos da legislação.
6.7. O não pagamento nos prazos previstos acarretará à CONTRATANTE multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SETIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
7.1. O valor do referido contrato é irreajustável.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
8.2. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
8.5. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8.6. Aplicar as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.7. Cientificar o órgão de representação judicial (Departamento Jurídico) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA;
8.10. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
9.2. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato;
9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II da Lei nº 14.133/2021;
9.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
9.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021;
9.8. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o final da execução contratual, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, Certidão de Regularidade do FGTS – CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução contratual;
9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à respectiva execução;
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
11.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
11.2.4. Multa:
11.2.4.1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
11.2.4.1.1. No caso de atraso superior a 10 (dez) dias, será aplicado multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do Contrato, com a consequente rescisão contratual.
11.2.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
11.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
12.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.
12.2. A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, na forma do artigo 138, II da Lei nº 14.133/21, ou judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO
13.1. Não será permitida subcontratação/sublocação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo firmado, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD**.**
14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
14.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
14.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
14.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

xxxxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANÁLISE
17.1. A minuta do presente instrumento de contrato foi devidamente examinada e aprovada pelo Departamento Jurídico do CONTRATANTE, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS
19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO
20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Tigre - RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Arroio do Tigre - RS, em xx de xxx de 2026.

VANDERLEI HERMES	**EMPRESA XXX**
Prefeito Municipal	CNPJ N° XXX
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede em _____, por seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____, apresenta a presente proposta financeira ao Pregão Eletrônico nº ___/2026, em moeda corrente nacional (R$).

Item	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UN
01	Plaina traseira nova modelo manual com dimensões mínimas de largura de 2m, altura mínima de 0,415m, com peso de 290kg, utilizável em trator de 60cv a100cv.	03 UN	
02	Enleirador novo modelo 2,4m, com hastes com espessura de 1, espaçamento entre hastes 128mm, largura de trabalho ,40m, profundidade de trabalho 12cm, altura total mínima do equipamento 0,51m.	01 UN	
03	Ensacadeira de silagem nova, modelo a gasolina, com motor de no mínimo 6,5hp na lateral, com 2 eixos, embreagem lubrificada a óleo, capacidade até 6t/h, consumo de 450ml por hora trabalhada, compactação e peso do saco regulável até 35kg, desacelera automaticamente, com misturador.	06 UN	
04	Grade aradora de solo nova, modelo 16dx26x6mm, com transporte hidráulico, pneus novos 07.50.16, mancais banhados a óleo, espessura dos tubos do chassi 6,30mm, peso mínimo 1900kg-altura mínima de 1,10m, largura mínima de 2,20m, comprimento 5.50m, dimensão dos discos de 26x6mm, espaçamento mínimo entre discos 270mm, utilizável em tratores de 65cv a 100cv	01 UN	
05	Concha traseira nova, modelo automático, volume mínimo de 280l, largura mínima de corte de 0,80m, capacidade mínima de 500kg, altura do levante 2,5m, dimensões 3,10mx0,85mx0,85m, acionamento automático.	01 UN	
06	CARRETA AGRÍCOLA NOVA MODELO DE NO MÍNIMO 5 TONELADAS, MATERIAL METAL, COM EIXO TANDEM, COM FREIO, COM 4 PNEUS NOVOS 750/16 COM 8 LONAS, AROS DE 16,6 FUROS, MEDIDAS 3,26MX1,85MX1M, PESO 1020KG, COM PISTÃO HIDRÁULICO BASCULANTE.	01 UN	
07	Classificador de sementes nova, modelo com capacidade mínima de pre limpeza de 25 sacos/h, classificação de 12sc/número mínimo de peneiras de 03, estrutura em tubos industriais, peneiras em ângulos de 10º a 15º, saída de ar embaixo da 1º peneira, peneiras auto limpante,3 conjuntos de peneiras,1º peneira com faixa cega, peso mínimo de 270kg, motor de 3/4cv elétrico monofásico, dimensões de altura	01 UN	

	mínima de 1,65m, largura de 1,10m, comprimento mínimo de 1,79m e largura da peneira de 0,47cm.		
08	Escarificador novo ,modelo com 3 hastes, rolo destorroador e roda limitadora, dimensões mínimas de largura de 1,70m,comprimento mínimo de 1,70m,altura mínima de 1,50m,largura entre as hastes de 0,60m regulável, três conjuntos de corte regulável com discos lisos de 18,caneleira e botinhas trováveis, hastes com desarme automático, regulagem e ajustes da pressão de desarme, modelo hidráulico, com rolo destorroador de 2,10m e roda limitadora com pneus de 6,45/13,peso mínimo de 640kg,profundidade de trabalho de 15 a 45 cm, potência mínima exigida por haste de 20cv.	02 UN	
09	Esparramador de sólidos nova, modelo de sistema de cocho em linhas, no hidráulico com cabeçalho para arrasto, dimensões mínimas de largura total do equipamento de 3,10m, largura efetiva de trabalho de 2,5m, com capacidade mínima de 1250kg e com pneus novos.	01 UN	
10	Lascador de lenha novo, modelo para 18 toneladas a trator, dimensões mínimas de comprimento total de 3,15m, largura total de 0,88m, altura total de 0,83m, comprimento máximo de corte 1,2m, largura da base de corte 166mm, com reforço nas laterais para acomodar a madeira de 299mm, altura do chassi 315mm, peso de 280kg, com faca dupla removível de altura 0,46m, diâmetro externo da camisa de pistão 155mm, curso do pistão de 1,20m, acionamento por comando auxiliar.	03 UN	

1. A proposta financeira contém o preço unitário do item cotado.
2. O prazo de validade da proposta e dos lances é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.
3. Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos diretos e indiretos relativos ao fornecimento do objeto, tais como, sem se limitar a, tributos, materiais, serviços, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, seguros, fretes, embalagens e lucro.
4. Declaro, também, que quaisquer tributos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços ofertados, não cabendo qualquer acréscimo ou ressarcimento, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais ao Município.
5. Declaro, ainda, que a proposta atende a todas as exigências do edital e de seus anexos, no tocante à qualidade, quantidades e prazos de entrega dos produtos cotados.

Município xx, em xx de junho de 2026.

Assinatura do representante legal
CPF do representante legal

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

Município de Arroio do Tigre / RS
Edital de Pregão Eletrônico nº 55/2026
Tipo de julgamento: Menor preço por item
Modo de disputa: Aberto
Processo nº 194/2026

Edital de pregão eletrônico para AQUISIÇÃO DE REBOQUE RODOVIÁRIO/CARRETA ABERTA DESTINADO AO TRANSPORTE DE MINI ESCAVADEIRA.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ARROIO DO TIGRE**, Estado do Rio Grande do Sul, Sr. Vanderlei Hermes, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **09 horas do dia 02 de outubro de 2026,** na sala de Licitações da Prefeitura Municipal, reunir-se-ão a agente de contratação e a equipe de apoio, designados por Portaria, com a finalidade de receber e julgar propostas e documentos de habilitação, objetivando a contratação de empresa para o fornecimento dos bens descritos no objeto deste edital e seus anexos, processando essa licitação nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

1. LOCAL, DATA E HORA:
1.1. A sessão pública será realizada no site, www.bll.org.br no **dia 02 de outubro de 2026**, com início às **9h00** horário de Brasília – DF.
1.2. Somente poderão participar da sessão pública, as empresas que apresentarem propostas por meio do site acima citado, até o dia 02/10/2026 às 7h59.
1.3. Ocorrendo decretação de feriado, ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data acima mencionada, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
1.4. O presente Edital poderá ser obtido, por meio dos sites www.arroiodotigre.rs.gov.br ou www.bll.org.br. Outras informações poderão ser solicitadas pelo seguinte e-mail: licitacao@arroiodotigre.rs.gov.br.

2. DO OBJETO:
2.1. Constitui objeto da presente licitação a **AQUISIÇÃO DE REBOQUE RODOVIÁRIO/CARRETA ABERTA DESTINADO AO TRANSPORTE DE MINI ESCAVADEIRA.**

Item	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UN
01	Reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, com rampa integrada e articulada, chassi reforçado e capacidade mínima de 6 toneladas, com dimensões mínimas de 2,40 m de largura e 6,50 m de comprimento	01 UN	25.733,33

2.2. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS DO OBJETO

Característica	Especificação mínima
Tipo	Reboque rodoviário/carreta aberta
Condição	Novo, sem uso anterior
Aplicação	Transporte de mini escavadeira
Capacidade de carga útil	Mínima de 6.000 kg
Configuração	Trucado
Número de eixos	02 (dois) eixos
Largura mínima	2,40 m
Comprimento mínimo	6,50 m
Chassi	Reforçado, dimensionado para a capacidade de carga especificada
Carroceria	Aberta, adequada ao transporte de equipamento pesado
Sistema de freio	Obrigatório, compatível com a capacidade e configuração do reboque e com o veículo trator
Rampas	Integradas e articuladas, próprias para carregamento e descarregamento da mini escavadeira
Piso	Reforçado e adequado ao tráfego e apoio de equipamento pesado
Sistema de iluminação	Completo, conforme legislação aplicável
Sinalização	Conforme legislação de trânsito vigente
Característica	Especificação mínima
Dispositivo de acoplamento	Compatível com o veículo trator e conforme legislação aplicável
Para-lamas	Adequados à configuração do equipamento
Dispositivos de segurança	Conforme legislação e normas aplicáveis
Fixação da carga	Deverá possuir pontos/dispositivos adequados para amarração e segurança da mini escavadeira
Pintura/acabamento	Adequados ao uso rodoviário e às condições de exposição
Documentação	Deverá ser fornecida toda a documentação necessária à regularização e utilização do equipamento

2.2.1. Rampas de acesso

As rampas deverão ser integradas à própria estrutura do reboque e articuladas, permitindo o carregamento e descarregamento da mini escavadeira de forma segura.

Deverão possuir resistência e capacidade compatíveis com o peso da mini escavadeira, bem como sistema de apoio, travamento e/ou fixação que impeça deslocamentos acidentais durante as operações de carga e descarga.

2.2.2. Sistema de freios

O reboque deverá ser equipado com sistema de freios compatível com sua capacidade de carga, número de eixos e veículo trator, atendendo integralmente à legislação de trânsito e às regulamentações aplicáveis.
2.2.3. Chassi e estrutura
O chassi deverá ser construído em material e configuração adequados ao transporte de equipamento pesado, apresentando resistência estrutural compatível com a capacidade mínima de carga exigida de 6 toneladas.
A estrutura deverá apresentar acabamento adequado, sem deformações, trincas, falhas de soldagem ou outros defeitos que possam comprometer a segurança e a durabilidade do equipamento.
2.2.4. Sistema de iluminação e sinalização
O reboque deverá ser entregue com sistema completo de iluminação, sinalização e identificação, conforme exigências da legislação de trânsito vigente.
2.2.5. Segurança da carga
O equipamento deverá possuir pontos de amarração e demais dispositivos necessários à fixação segura da mini escavadeira durante o transporte, evitando deslocamentos da carga.

3. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME
3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
3.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico: www.bll.org.br.
3.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital.
3.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
3.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
3.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.
3.3.4. Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
3.3.5. Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

4. ENVIO DAS PROPOSTAS
4.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 5 e 6.

4.2. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pela pregoeira, deverão ser encaminhados no prazo máximo fixado pelo edital ou em diligência específica.

5. PROPOSTA

5.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de abertura da sessão do pregão.

5.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo IV – Modelo de Proposta Financeira, com a indicação completa do produto ofertado, a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

5.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

6. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação neste certame, a licitante vencedora deverá encaminhar, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas, após o término da fase de lances**, juntamente com a **proposta atualizada,** os seguintes documentos:

6.1. REGRAS GERAIS DE ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

6.1.1. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

6.1.2. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão e/ou a pregoeira poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.2. DAS CONSULTAS CONSOLIDADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

6.2.1. Como condição prévia à habilitação e para fins de verificação de eventuais sanções vigentes de impedimento de licitar e contratar, a Administração Pública realizará a Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (Certidões APF) no sítio eletrônico oficial do Tribunal de Contas da União (TCU).

6.2.2. A consulta referida no item anterior abrangerá as informações consolidadas do Cadastro de Licitantes Inidôneos do TCU, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ.

6.2.3. Constatada a existência de sanção executável e vigente que impeça a participação no certame ou a futura contratação, a licitante será inabilitada.

6.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
c) Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;
d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localiza a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;
f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971;
i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

6.4. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o licitante for pessoa natural; ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), se o licitante for pessoa jurídica;
b) prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio;
c) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
d) prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho (CNDT).

6.5. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 dias da data designada para a apresentação do documento.

6.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação, será solicitado documentação técnica que permita verificar:

- capacidade de carga;
- dimensões;
- número de eixos;
- sistema de freios;

- tipo de chassi;
- rampas;
- sistema de iluminação e sinalização;
- pontos de amarração;

A documentação técnica citada acima pode ser apresentada através de um dos documentos abaixo:
a) Catálogo técnico do fabricante;
b) Memorial descritivo do equipamento;
c) Desenho técnico/projeto do reboque, com dimensões e componentes;
d) Ficha de especificações técnicas assinada pelo fabricante;
e) Laudo ou declaração técnica do fabricante;
f) Manual técnico do modelo.

6.7. DECLARAÇÕES
a) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
b) a licitante que pretender usufruir dos benefícios previstos na Lei Complementar n° 123/2006 deverá apresentar declaração de que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos da legislação aplicável, assinada pelo Contador responsável;
c) declaração de que atende aos requisitos de habilitação, respondendo o declarante pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
d) declaração de que não possui vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre/RS ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
e) declaração de que não emprega servidor público;
f) declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
g) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7. VEDAÇÕES
7.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
7.2. O impedimento de que trata a alínea "a" do item 7.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
7.3. Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

8. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
8.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, a pregoeira abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.
8.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
8.3. A comunicação entre a pregoeira e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.
8.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na internet.

9. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
9.1. A pregoeira verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.
9.2. Serão desclassificadas as propostas que:
a) contiverem vícios insanáveis;
b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.
9.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.
9.4 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

9.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e a pregoeira dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
9.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.
9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:
9.7.1. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.
9.7.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
9.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.
9.7.4. Serão considerados intermediários os lances iguais ou superiores ao menor já ofertado.
9.7.5. Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
9.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

10. MODO DE DISPUTA
10.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.
10.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
10.3. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
10.4. Na hipótese de não haver novos lances, a sessão pública será encerrada automaticamente.
10.5. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, a pregoeira poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
10.6. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para a pregoeira no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
10.7. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico oficial e na plataforma utilizada.

11. CRITÉRIOS DE DESEMPATE
11.1. Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Persistindo o empate, serão adotados os critérios previstos na legislação aplicável e neste edital.

12. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

12.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, deverão ser encaminhados no prazo fixado pela pregoeira.

12.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

12.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

13. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

13.1. Os documentos de habilitação enviados serão examinados pela pregoeira, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

13.2. As certidões apresentadas em meio eletrônico serão tidas como originais após conferência da autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração.

13.3. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

13.4. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006 que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo prorrogável uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado durante o transcurso do respectivo prazo.

13.5. Na hipótese de a proposta vencedora não ser aceitável ou de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de proposta que atenda ao edital.

13.6. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação de intenção de recurso.

14. RECURSO

14.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;

b) julgamento das propostas;

c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

d) anulação ou revogação da licitação.

14.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

14.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 14.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
a) a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
b) a apreciação dar-se-á em fase única.
14.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
14.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.
14.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15. ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO
15.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

16. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO
16.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o contrato ou aceitar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.
16.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
16.3. O Contrato e os instrumentos dela decorrentes vincularão a contratada ao integral cumprimento das condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, na proposta vencedora e na legislação aplicável.
16.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o Contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do ajuste nas condições propostas pelo licitante vencedor.
16.5. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17. VIGÊNCIA DO CONTRATO
O contrato terá vigência de 120 dias, podendo ser prorrogado, na forma da Lei Federal nº 14.133/2021.

18. PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

18.1. O pagamento será feito pela Prefeitura Municipal de Arroio do Tigre – RS, até o 30° (trigésimo) dia após a data do recebimento definitivo do material ou da verificação dos serviços prestados pela fiscalização, mediante a apresentação da competente Nota Fiscal em moeda corrente nacional.
18.2. Os pagamentos mediante a emissão de qualquer modalidade de Ordem Bancária serão realizados desde que a contratada efetua cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.
18.3. Caso a CONTRATADA não seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (SIMPLES), instituído pela Lei n° 9317/96, serão retidos na fonte os tributos e contribuições sobre os pagamentos efetuados, conforme previsto na legislação vigente.
18.4. Deverão ser observadas a Instrução Normativa 2110/2022 e a Instrução Normativa 2145/23, que versam sobre INSS e IRRF, respectivamente, quando da emissão das notas fiscais, pois as mesmas serão devolvidas para retificação caso não atendam a legislação tributária.
18.5. A Nota Fiscal/Fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do Pregão Eletrônico e número da Ordem de Empenho, a fim de acelerar o trâmite do recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

19. RECEBIMENTO DO OBJETO
19.1. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
O equipamento deverá ser entregue no endereço:
Almoxarifado na Rua Benjamin Mainardi, n° 82 Bairro Industrial
O prazo máximo para entrega será de 30 dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento/empenho, conforme definido pela Administração.
A entrega deverá ocorrer em horário previamente acordado com o órgão contratante. Todos os custos relacionados ao transporte, carregamento, descarregamento, seguros, tributos, encargos e demais despesas necessárias à entrega correrão por conta da contratada.
19.2. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, quando aplicável:
19.2.1. Recebimento provisório
O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência inicial do equipamento, verificando-se a quantidade, integridade aparente e correspondência com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
19.2.2. Recebimento definitivo
O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade do equipamento com as especificações técnicas, inclusive quanto à capacidade, dimensões, sistema de freios, rampas, estrutura, iluminação, documentação e demais requisitos.
O recebimento definitivo não exime a contratada de sua responsabilidade pela qualidade, segurança, funcionamento e conformidade do equipamento.
Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a Administração poderá rejeitar o objeto, total ou parcialmente, devendo a contratada providenciar a correção ou substituição no prazo determinado pela fiscalização.
19.3. DA GARANTIA
O equipamento deverá possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, componentes estruturais e demais falhas que não decorram de uso inadequado.
Durante o período de garantia, constatado defeito de fabricação ou desconformidade, a contratada deverá providenciar o reparo ou substituição do componente defeituoso, sem ônus para a Administração.
Quando necessário, os serviços de garantia deverão ser realizados em local que minimize os custos e o tempo de indisponibilidade do equipamento.
A exigência de garantia e as condições de manutenção e assistência técnica integram os elementos previstos para as compras no art. 40, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
l) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
m) praticar ato lesivo previsto na Lei n° 12.846/2013;
20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas neste edital as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
20.3 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b”.
20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do ajuste com a aplicação cumulada de outras sanções.
20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será poderá ser cobrada na forma da lei.

20.6. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
20.7. Na aplicação das sanções, será assegurado o contraditório e ampla defesa, observando os prazos legais.

21. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES
21.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações deverão ser enviados a pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do endereço eletrônico: www.bll.org.br.
21.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão divulgadas no mesmo endereço eletrônico: www.bll.org.br.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 125 da Lei nº 14.133/2021.
22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela pregoeira.
22.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.
22.4. Integram este edital, para todos os fins e efeitos, o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência, que contêm as especificações, requisitos, condições de fornecimento, critérios de recebimento e demais condições da contratação.
22.5. Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Tigre/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do ajuste dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

23. DOS ANEXOS DO EDITAL:
23.1. Fazem parte deste Edital:
ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO III – MINUTA DO CONTRATO
ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

Gabinete do Prefeito Municipal em Arroio do Tigre, RS, em 18 de setembro de 2026.

Vanderlei Hermes

Prefeito Municipal

Este Edital se encontra examinado e aprovado por essa Assessoria Jurídica
Em 18/09/2026

Flávia Thaís Stein
Assessora Jurídica
OAB/RS 120.762

ANEXO I
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

Aquisição de 01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, com rampa integrada e articulada, com chassi reforçado e capacidade mínima de 6.000 kg

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Mobilidade necessita adquirir **01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, com rampa integrada e articulada, com chassi reforçado e capacidade mínima de 6.000 kg**, destinado ao transporte da mini escavadeira pertencente à Administração Municipal.

A necessidade decorre da utilização frequente da mini escavadeira em atividades de interesse público, especialmente em serviços de manutenção, conservação, recuperação e melhoria da infraestrutura viária e demais atividades executadas pela Secretaria Municipal de Mobilidade.

Atualmente, a movimentação da mini escavadeira entre os locais de execução dos serviços depende da disponibilidade de meios adequados de transporte, podendo ocasionar deslocamentos improdutivos, aumento do tempo de mobilização do equipamento, dependência de terceiros e elevação dos custos operacionais.

A aquisição do reboque permitirá à Administração dispor de meio próprio e adequado para o deslocamento da mini escavadeira, proporcionando maior autonomia operacional, agilidade na mobilização dos equipamentos, redução da dependência de contratação de transporte externo e melhor aproveitamento dos recursos públicos.

A solução pretendida deverá proporcionar condições adequadas de segurança para o transporte da mini escavadeira, considerando seu peso, dimensões e características operacionais, bem como atender à legislação de trânsito e aos requisitos técnicos aplicáveis a veículos/reboques destinados à circulação em vias públicas.

A contratação encontra fundamento na necessidade de assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de competência da Secretaria Municipal de Mobilidade.

2. DEMONSTRAÇÃO DO ALINHAMENTO COM O PLANEJAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO

A aquisição observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, bem como estar compatível com a Lei Orçamentária Anual, Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias, quando aplicável.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A solução deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:

3.1. Características gerais

Aquisição de **01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos**, novo, sem uso anterior, destinado ao transporte da mini escavadeira da Secretaria Municipal de Mobilidade.

3.2. Especificações técnicas mínimas

O equipamento deverá possuir, no mínimo:

- tipo: reboque/carreta aberta para transporte de máquinas e equipamentos;
- configuração: **dois eixos**, tipo tandem/trucado;
- capacidade de carga útil mínima: **6.000 kg (seis toneladas)**;
- chassi reforçado, dimensionado para suportar a capacidade de carga especificada, comprimento útil mínimo: **6,50 metros**;
- largura útil mínima: **2,40 metros**;
- carroceria aberta;
- piso adequado ao transporte de máquina pesada, com rampa integrada e articulada,
- com resistência compatível com a carga;
- sistema de freios em funcionamento e dimensionado para a capacidade do conjunto;
- freio de estacionamento, quando aplicável à configuração ofertada;
- rodas com aro mínimo **14 polegadas**, ou dimensão tecnicamente equivalente que atenda à capacidade de carga e às exigências de segurança;
- pneus novos, adequados à capacidade de carga do reboque;
- para-lamas/protetores de rodas adequados;
- sistema de iluminação e sinalização conforme legislação de trânsito aplicável;
- instalação elétrica protegida e compatível com o sistema elétrico do veículo trator;
- dispositivo de acoplamento compatível e dimensionado para a capacidade do reboque;
- corrente/cabo de segurança ou dispositivo equivalente, quando exigido pela legislação;
- pontos ou dispositivos adequados para amarração e fixação da mini escavadeira durante o transporte;
- rampas de acesso ou sistema equivalente que permita o embarque e desembarque seguro da mini escavadeira;
- estrutura metálica reforçada e adequadamente protegida contra corrosão;
- pintura ou tratamento anticorrosivo adequado às condições normais de utilização;
- identificação e demais equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito;
- documentação necessária para registro/licenciamento do veículo, quando aplicável.

3.3. Capacidade estrutural

A capacidade mínima de **6 toneladas** deverá ser comprovada mediante especificações técnicas do fabricante e/ou documentação oficial do equipamento.

Observação técnica: antes da elaboração definitiva do Termo de Referência, recomenda-se conferir a massa operacional exata da mini escavadeira pertencente ao Município e a capacidade de tração/peso bruto do veículo que será utilizado como trator. A capacidade do reboque não deverá ser definida isoladamente, pois o conjunto veículo trator + reboque deverá permanecer dentro dos limites técnicos e legais aplicáveis.

3.4. Segurança
O equipamento deverá permitir o transporte seguro da mini escavadeira, contemplando:

- sistema de frenagem adequado;
- pneus e rodas compatíveis com a carga;
- adequada distribuição de carga entre os eixos;
- dispositivos de amarração;
- rampas com resistência e sistema de retenção adequado;
- sinalização e iluminação regulamentares;
- sistema de acoplamento compatível com o veículo trator;
- estrutura dimensionada para transporte de máquina pesada.

Todos os componentes deverão ser novos e adequados ao uso pretendido.

3.5. Conformidade legal e documental
O reboque deverá ser fornecido em conformidade com a legislação de trânsito brasileira e demais normas técnicas e regulamentares aplicáveis ao tipo de veículo.
Quando exigível, o fornecedor deverá entregar a documentação necessária para registro, licenciamento, identificação e regularização do equipamento perante os órgãos competentes.
Na entrega será exigido documentação técnica, manual do fabricante, certificado de garantia e demais documentos necessários à comprovação da regularidade do equipamento.

4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES
A quantidade estimada é de:
01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, com rampa integrada e articulada, com freio e capacidade mínima de 6 toneladas.
Memória de cálculo
Quantidade de mini escavadeiras a serem transportadas: **01**
Quantidade de reboques necessários para atender à demanda: **01**
Quantidade total a adquirir: 01 unidade.
A aquisição de apenas uma unidade mostra-se suficiente para atender à necessidade atualmente identificada, não sendo constatada, neste momento, necessidade de aquisição de quantidade superior.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO
Para atendimento da necessidade, foram consideradas, em termos gerais, as seguintes alternativas:
Alternativa 1 – Contratação de transporte terceirizado
Consiste na contratação eventual de empresa especializada para realizar o transporte da mini escavadeira sempre que houver necessidade de deslocamento.

Embora seja uma solução possível, apresenta como desvantagens a dependência da disponibilidade de terceiros, necessidade de contratação para cada deslocamento ou mediante contrato específico, possibilidade de aumento dos custos operacionais e menor autonomia da Secretaria.

Alternativa 2 – Aquisição de reboque próprio

Consiste na aquisição de um reboque próprio, com capacidade adequada para o transporte da mini escavadeira.

Essa alternativa proporciona maior autonomia à Administração, permite o deslocamento do equipamento de acordo com a programação dos serviços, reduz a dependência de terceiros e possibilita a utilização do patrimônio público em diversos deslocamentos ao longo de sua vida útil.

Alternativa 3 – Aquisição de veículo especializado para transporte

Outra possibilidade seria a aquisição de caminhão ou veículo especializado para transporte de máquinas.

Apesar de tecnicamente possível, essa solução tende a apresentar maior custo de aquisição, manutenção, seguro, documentação, combustível e operação, além de poder representar uma estrutura superior à necessária para a demanda atualmente identificada. Escolha da solução

Após análise das alternativas, entende-se que a **aquisição de um reboque/carreta própria** é a solução mais adequada.

A solução apresenta melhor relação entre custo, utilidade, disponibilidade e autonomia operacional, permitindo que a Secretaria de Mobilidade disponha de equipamento próprio para o transporte da mini escavadeira.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi obtido mediante pesquisa de preços realizada de acordo com o procedimento estabelecido pela legislação federal e, especialmente, pelo regulamento municipal aplicável.

Item	Descrição	Quant.	Forn local	Licitacon 01	Licitacon 02	Média
01	reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, com rampa integrada e articulada, com chassi reforçado e capacidade mínima de 6.000 kg	01	25.000,00	25.900,00	26.300,00	25.733,33

Valor estimado da contratação: R$ 25.733,33

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de **01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, com rampa integrada e articulada, chassi reforçado e capacidade mínima de 6 toneladas**, com dimensões mínimas de 2,40 m de largura e 6,50 m de comprimento, destinado ao transporte da mini escavadeira da Secretaria Municipal de Mobilidade.

O equipamento deverá ser entregue completo, novo, pronto para utilização e acompanhado da documentação pertinente.

A solução deverá contemplar todos os componentes necessários para o funcionamento regular e seguro do equipamento, não sendo admitida a entrega de equipamento incompleto ou que dependa de aquisição posterior de componentes essenciais à sua utilização.
O fornecedor deverá assegurar garantia contra defeitos de fabricação e vícios do produto, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência e na legislação aplicável.

8. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO
Não se recomenda o parcelamento do objeto, uma vez que se trata da aquisição de **uma unidade de equipamento completo**, cujos componentes e sistemas devem apresentar compatibilidade entre si.
Dessa forma, recomenda-se que a contratação seja realizada como **item único**, correspondente a 01 (um) reboque completo, novo e pronto para utilização.

9. RESULTADOS PRETENDIDOS
Com a contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

- proporcionar autonomia à Secretaria Municipal de Mobilidade no transporte da mini escavadeira;
- reduzir a dependência de transportadores terceirizados;
- agilizar a mobilização da máquina entre diferentes frentes de serviço;
- reduzir períodos de equipamento parado aguardando transporte;
- melhorar o planejamento e a execução dos serviços públicos;
- otimizar a utilização dos equipamentos pertencentes ao Município;
- reduzir custos decorrentes da contratação recorrente de transporte externo;
- proporcionar maior segurança no transporte da mini escavadeira;
- ampliar a capacidade operacional da Secretaria;
- proporcionar melhor aproveitamento dos recursos públicos e patrimoniais.

10. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES
A contratação possui possível relação de interdependência com o veículo que será utilizado para tracionar o reboque.
Dessa forma, a frota municipal possui veículo com capacidade técnica e legal suficiente para tracionar o reboque carregado com a mini escavadeira.
Não sendo necessária a aquisição de novo veículo trator, não se identifica, neste momento, outra contratação diretamente vinculada à aquisição do reboque.
Eventuais serviços de manutenção futura serão realizados conforme necessidade e de acordo com os procedimentos próprios da Administração.

11. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS
Por se tratar da aquisição de bem permanente, os principais impactos ambientais estão relacionados à fabricação, utilização, manutenção e posterior descarte de componentes do equipamento.
Como medidas de sustentabilidade, deverão ser observadas, quando aplicáveis:

- preferência por materiais com adequada durabilidade e resistência;
- utilização eficiente de materiais;

- adoção de tratamento anticorrosivo que prolongue a vida útil do equipamento;
- correta destinação de pneus, componentes metálicos, óleos, graxas e demais resíduos provenientes de manutenção;
- observância das normas ambientais aplicáveis;
- adoção de logística reversa para componentes em que houver obrigação legal ou possibilidade técnica;
- destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados durante a vida útil do equipamento.

12. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO E RECEBIMENTO

O equipamento deverá ser entregue no endereço indicado pela Administração, em condições de uso, novo e sem sinais de utilização anterior.

No recebimento, deverão ser conferidos, no mínimo:

- quantidade;
- dimensões;
- capacidade de carga;
- quantidade de eixos;
- sistema de freios;
- rodas e pneus;
- estrutura e chassi;
- sistema de iluminação;
- dispositivos de amarração;
- rampas;
- sistema de acoplamento;
- acabamento;
- documentação;
- garantia;
- demais especificações estabelecidas no Termo de Referência.

O recebimento definitivo ficará condicionado à comprovação de que o equipamento atende integralmente às características e condições estabelecidas na contratação.

Caso sejam identificadas desconformidades, a Administração poderá rejeitar o equipamento, total ou parcialmente, devendo o fornecedor providenciar a correção ou substituição nos prazos estabelecidos no instrumento contratual.

13. GARANTIA

O fornecedor deverá oferecer garantia contra defeitos de fabricação, vícios e falhas de funcionamento, pelo período mínimo estabelecido no Termo de Referência, sem prejuízo das garantias legais.

Durante o período de garantia, deverão ser observadas as condições estabelecidas pelo fabricante e pela Administração, inclusive quanto à assistência técnica e à substituição de componentes defeituosos.

14. FUNDAMENTAÇÃO PARA A DEFINIÇÃO DAS ESPECIFICAÇÕES

As especificações mínimas foram definidas considerando a finalidade específica do objeto: **transportar com segurança uma mini escavadeira da Secretaria Municipal de Mobilidade**.
A exigência de capacidade mínima de 6 toneladas decorre da necessidade de suportar o equipamento a ser transportado, devendo ser confirmada com base no peso operacional real da mini escavadeira.
As dimensões mínimas de **2,40 m x 6,50 m** visam proporcionar área suficiente para acomodação da máquina, considerando também a necessidade de posicionamento e amarração segura.
A configuração de **dois eixos/trucada**, o sistema de freios e o chassi reforçado têm por finalidade proporcionar estabilidade, resistência estrutural e segurança durante o transporte. A especificação deverá ser mantida em termos de desempenho e características mínimas, evitando-se indicação de marca, fabricante ou modelo, salvo justificativa técnica excepcionalmente necessária.

15. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO
Diante dos elementos apresentados, **conclui-se pela viabilidade técnica e econômica da aquisição de 01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, chassi reforçado, com rampa integrada e articulada capacidade mínima de 6 toneladas e dimensões mínimas de 2,40 m de largura por 6,50 m de comprimento**, destinado ao transporte da mini escavadeira da Secretaria Municipal de Mobilidade.
A solução mostra-se adequada ao interesse público, por proporcionar maior autonomia à Administração, melhorar a logística de deslocamento da máquina, reduzir a dependência de terceiros, conferir maior agilidade à execução dos serviços públicos e possibilitar melhor aproveitamento do patrimônio municipal.
Assim, recomenda-se o prosseguimento da contratação, condicionada à confirmação da compatibilidade do reboque com a mini escavadeira e com o veículo trator disponível, à realização da pesquisa de preços, à existência de disponibilidade orçamentária e à elaboração do respectivo Termo de Referência.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE
Considerando a necessidade apresentada, os requisitos técnicos definidos, as alternativas avaliadas e os resultados pretendidos, **DECLARA-SE VIÁVEL a contratação**, por meio de procedimento de contratação pública adequado, para aquisição de 01 (um) reboque/carreta aberta, trucado, de dois eixos, com freio, chassi reforçado e capacidade mínima de 6 toneladas, destinado ao transporte da mini escavadeira da Secretaria Municipal de Mobilidade.

Arroio do Tigre, 01 de setembro de 2026.

Francisco Bernardy
Secretário de Mobilidade e desenvolvimento Urbano

Vanderlei Hermes
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

ANEXO II
TERMO DE REFERÊNCIA

AQUISIÇÃO DE REBOQUE RODOVIÁRIO/CARRETA ABERTA PARA TRANSPORTE DE MINI ESCAVADEIRA

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Objeto

Constitui objeto deste Termo de Referência a **aquisição de 01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de 02 (dois) eixos, novo, destinado ao transporte de mini escavadeira pertencente à Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana**, conforme condições, características, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

1.2. Natureza do objeto

Trata-se de **aquisição de bem permanente**, consistente em reboque rodoviário/carreta aberta, destinado ao transporte de equipamento pertencente à Administração Pública Municipal.

O objeto deverá ser fornecido **novo, sem uso anterior**, em perfeitas condições de funcionamento, segurança e conservação, acompanhado de todos os equipamentos, acessórios, documentos e itens necessários à sua regular utilização.

1.3. Quantidade

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, 02 eixos, com capacidade mínima de 6 toneladas, equipado com sistema de freio, rampa integrada e articulada, chassi reforçado, conforme especificações deste Termo de Referência	Unidade	01

1.4. Prazo de vigência

Por se tratar de aquisição de bem com entrega única, a vigência contratual será de 120 dias, contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação decorre da necessidade da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de dispor de equipamento adequado e seguro para o **transporte e deslocamento da mini escavadeira utilizada nas atividades operacionais do Município**, especialmente em serviços de manutenção, conservação e apoio às atividades desenvolvidas pela Administração Municipal.

Atualmente, a inexistência de reboque próprio com capacidade e características adequadas dificulta o deslocamento da mini escavadeira entre os diferentes locais de prestação dos serviços públicos, podendo resultar na necessidade de contratação de transporte de terceiros, utilização de equipamentos inadequados ou adoção de soluções que não proporcionem a eficiência, segurança e economicidade necessárias à Administração.

A aquisição do reboque permitirá à Administração Municipal maior autonomia logística para o deslocamento da mini escavadeira, reduzindo a dependência de terceiros e proporcionando melhores condições para o atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

A contratação encontra fundamento na necessidade de planejamento da Administração Pública e na busca da solução mais adequada para atendimento do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
A fase preparatória da contratação deve considerar a necessidade administrativa, a definição do objeto, as condições de execução, o orçamento estimado, os riscos e demais elementos necessários ao adequado planejamento da contratação, conforme art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste na aquisição de **01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de 02 (dois) eixos**, especialmente dimensionado para o transporte da mini escavadeira da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.
O equipamento deverá possuir estrutura compatível com o transporte da carga prevista, oferecendo condições adequadas de resistência, estabilidade, segurança e facilidade de carregamento e descarregamento.
A solução deverá contemplar o fornecimento do reboque completo, incluindo todos os componentes necessários ao seu funcionamento e utilização regular, tais como sistema de freios, sistema elétrico e de sinalização, dispositivos de acoplamento, rampas de acesso e demais componentes exigidos pela legislação aplicável.
O equipamento deverá ser entregue devidamente documentado e em condições de utilização, observadas as exigências legais e regulamentares aplicáveis aos veículos/reboques rodoviários.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

O reboque deverá atender, no mínimo, às seguintes especificações:

Característica	**Especificação mínima**
Tipo	Reboque rodoviário/carreta aberta
Condição	Novo, sem uso anterior
Aplicação	Transporte de mini escavadeira
Capacidade de carga útil	Mínima de 6.000 kg
Configuração	Trucado
Número de eixos	02 (dois) eixos
Largura mínima	2,40 m
Comprimento mínimo	6,50 m
Chassi	Reforçado, dimensionado para a capacidade de carga especificada
Carroceria	Aberta, adequada ao transporte de equipamento pesado
Sistema de freio	Obrigatório, compatível com a capacidade e configuração do reboque e com o veículo trator
Rampas	Integradas e articuladas, próprias para carregamento e descarregamento da mini escavadeira
Piso	Reforçado e adequado ao tráfego e apoio de equipamento pesado
Sistema de iluminação	Completo, conforme legislação aplicável

Sinalização	Conforme legislação de trânsito vigente
Característica	Especificação mínima
Dispositivo de acoplamento	Compatível com o veículo trator e conforme legislação aplicável
Para-lamas	Adequados à configuração do equipamento
Dispositivos de segurança	Conforme legislação e normas aplicáveis
Fixação da carga	Deverá possuir pontos/dispositivos adequados para amarração e segurança da mini escavadeira
Pintura/acabamento	Adequados ao uso rodoviário e às condições de exposição
Documentação	Deverá ser fornecida toda a documentação necessária à regularização e utilização do equipamento

4.1. Rampas de acesso
As rampas deverão ser **integradas à própria estrutura do reboque e articuladas**, permitindo o carregamento e descarregamento da mini escavadeira de forma segura.
Deverão possuir resistência e capacidade compatíveis com o peso da mini escavadeira, bem como sistema de apoio, travamento e/ou fixação que impeça deslocamentos acidentais durante as operações de carga e descarga.
4.2. Sistema de freios
O reboque deverá ser equipado com **sistema de freios compatível com sua capacidade de carga, número de eixos e veículo trator**, atendendo integralmente à legislação de trânsito e às regulamentações aplicáveis.
4.3. Chassi e estrutura
O chassi deverá ser construído em material e configuração adequados ao transporte de equipamento pesado, apresentando resistência estrutural compatível com a capacidade mínima de carga exigida de 6 toneladas.
A estrutura deverá apresentar acabamento adequado, sem deformações, trincas, falhas de soldagem ou outros defeitos que possam comprometer a segurança e a durabilidade do equipamento.
4.4. Sistema de iluminação e sinalização
O reboque deverá ser entregue com sistema completo de iluminação, sinalização e identificação, conforme exigências da legislação de trânsito vigente.
4.5. Segurança da carga
O equipamento deverá possuir pontos de amarração e demais dispositivos necessários à **fixação segura da mini escavadeira durante o transporte**, evitando deslocamentos da carga.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
O fornecedor deverá atender, no mínimo, aos seguintes requisitos:
a) fornecer equipamento novo e sem uso anterior;
b) entregar o equipamento em perfeitas condições de funcionamento e segurança;
c) atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
d) apresentar documentação técnica do equipamento;
e) fornecer manuais de operação, manutenção e demais documentos fornecidos pelo fabricante;

f) garantir que o equipamento esteja apto à regularização e utilização conforme a legislação de trânsito aplicável;
g) fornecer os documentos necessários para registro/licenciamento, quando aplicável;
h) responsabilizar-se pelo transporte do equipamento até o local indicado pela Administração;
i) corrigir, reparar ou substituir, sem qualquer ônus para a Administração, componentes que apresentem defeitos de fabricação ou desconformidades durante o período de garantia;
j) prestar assistência técnica e atender às condições de garantia estabelecidas neste Termo de Referência.

6. DA GARANTIA
O equipamento deverá possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal aplicável.
A garantia deverá abranger defeitos de fabricação, montagem, componentes estruturais e demais falhas que não decorram de uso inadequado.
Durante o período de garantia, constatado defeito de fabricação ou desconformidade, a contratada deverá providenciar o reparo ou substituição do componente defeituoso, sem ônus para a Administração.
Quando necessário, os serviços de garantia deverão ser realizados em local que minimize os custos e o tempo de indisponibilidade do equipamento.
A exigência de garantia e as condições de manutenção e assistência técnica integram os elementos previstos para as compras no art. 40, §1º, III, da Lei nº 14.133/2021.

7. DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA
O equipamento deverá ser entregue no endereço:
Almoxarifado na Rua Benjamin Mainardi, 82 Bairro Industrial
O prazo máximo para entrega será de 30 dias, contados do recebimento da ordem de fornecimento/empenho, conforme definido pela Administração.
A entrega deverá ocorrer em horário previamente acordado com o órgão contratante. Todos os custos relacionados ao transporte, carregamento, descarregamento, seguros, tributos, encargos e demais despesas necessárias à entrega correrão por conta da contratada.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO
O recebimento do objeto será realizado em duas etapas, quando aplicável:
8.1. Recebimento provisório
O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência inicial do equipamento, verificando-se a quantidade, integridade aparente e correspondência com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
8.2. Recebimento definitivo
O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação detalhada da conformidade do equipamento com as especificações técnicas, inclusive quanto à capacidade, dimensões, sistema de freios, rampas, estrutura, iluminação, documentação e demais requisitos.
O recebimento definitivo não exime a contratada de sua responsabilidade pela qualidade, segurança, funcionamento e conformidade do equipamento.

Caso sejam identificadas irregularidades, defeitos ou desconformidades, a Administração poderá rejeitar o objeto, total ou parcialmente, devendo a contratada providenciar a correção ou substituição no prazo determinado pela fiscalização.

9. DO MODELO DE EXECUÇÃO

A execução da contratação ocorrerá mediante o fornecimento de 01 (um) reboque rodoviário/carreta aberta, novo e em conformidade com todas as características estabelecidas neste Termo de Referência.
A contratada deverá entregar o equipamento completamente montado e em condições de utilização, acompanhado da documentação pertinente.
O fornecimento somente será considerado concluído após a entrega, conferência, aceitação e recebimento definitivo do objeto pela Administração.

10. DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

Segue os servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização da contratação.
Gestor: Francisco Bernardy
Fiscal: Miriam Redin

11. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

O pagamento será realizado em parcela única, após o recebimento definitivo do equipamento e apresentação da respectiva nota fiscal, desde que comprovada a regularidade da documentação exigida e o cumprimento integral das obrigações contratuais. O pagamento estará condicionado ao atesto do recebimento definitivo pelo servidor responsável pela fiscalização.
Não será efetuado pagamento enquanto houver pendência de entrega, documentação, regularização ou correção de desconformidade imputável à contratada.

12. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A seleção do fornecedor será realizada mediante procedimento de contratação por se referir de uma aquisição de bem comum.
Como se trata de aquisição de bem cujas características podem ser objetivamente definidas por especificações usuais de mercado a forma de contratação será por meio de pregão eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item, para aquisição de 01 reboque rodoviário/carreta aberta.
A proposta deverá contemplar o fornecimento integral do equipamento, incluindo todos os componentes, acessórios, transporte, documentação e demais custos necessários à entrega do objeto em condições de utilização.

13. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de habilitação, será solicitado documentação técnica que permita verificar:

- capacidade de carga;
- dimensões;
- número de eixos;
- sistema de freios;
- tipo de chassi;

- rampas;
- sistema de iluminação e sinalização;
- pontos de amarração;

A documentação técnica citada acima pode ser apresentada através de um dos documentos abaixo:

- Catálogo técnico do fabricante;
- Memorial descritivo do equipamento;
- Desenho técnico/projeto do reboque, com dimensões e componentes;
- Ficha de especificações técnicas assinada pelo fabricante;
- Laudo ou declaração técnica do fabricante;
- Manual técnico do modelo.

14. DOCUMENTAÇÃO DA CONTRATADA

- CNPJ;
- Inscrição estadual e/ou municipal, quando aplicável ao ramo de atividade;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Federal;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Estadual;
- Certidão de regularidade perante a Fazenda Municipal;
- Certificado de Regularidade do FGTS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas — CNDT;

15. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor estimado da contratação foi definido mediante pesquisa de preços realizada pela Administração, observando-se os parâmetros e procedimentos previstos na legislação aplicável.

Item	Descrição	Quant.	Forn local	Licitacon 01	Licitacon 02	Média
01	Reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, com rampa integrada e articulada, com chassi reforçado e capacidade mínima de 6.000 kg	01	25.000,00	25.900,00	26.300,00	25.733,33

Valor estimado: R$ 25.733,33

A pesquisa de preços, memórias de cálculo e documentos que fundamentarem a estimativa deverão integrar os autos do processo administrativo.

16. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:
476 - 4.4.90.52.00

Arroio do Tigre – RS, 01 de setembro de 2026

Miriam Redin
Responsável pela formulação do Termo

Francisco Bernardy
Secretário Mobilidade e desenvolvimento urbano

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

Anexo III
Minuta do Contrato

PREGÃO ELETRÔNICO nº 55/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO n° 194/2026

Contrato administrativo celebrado entre o MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS, sito a Rua Carlos Ensslin, nº 165, CNPJ nº 87.590.998/0001-00, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. VANDERLEI HERMES, inscrito no CPF n° 615.999.560-04, doravante denominado CONTRATANTE, e de outra parte a empresa xxxxx, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº xxxxx, com sede xxxxxx, x, CEP xxxx, neste ato representado pelo seu sócio administrador, xxxxxx, inscrito no CPF sob nº xxxx, residente e domiciliado na xxxx, CEP xxxxxx0, doravante denominado CONTRATADA, declaram pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, com base no Processo de Licitação nº 194/2026, Pregão Eletrônico nº 55/2026, nos termos da Lei nº 14.1333/21, tem justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
1.1. O presente contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE REBOQUE RODOVIÁRIO/CARRETA ABERTA DESTINADO AO TRANSPORTE DE MINI ESCAVADEIRA.**

Item	Qtd	Un	Produto	Marca	Valor Un	Valor Total
01						

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:
2.1. Fazem parte deste Contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos, cujo teor é de conhecimento das partes contratantes: o Edital do Pregão Eletrônico nº 55/2026 do município de Arroio do Tigre - RS, a Proposta da CONTRATADA vencedora na aludida licitação e o resultado do Pregão expresso na respectiva ata de julgamento da proposta.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:
3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA – DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
4.1. O prazo de entrega não poderá ser superior a 30 (trinta) dias contados a partir do envio do empenho ou ordem de compra.
4.2. Verificada a desconformidade de algum dos itens, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 dias úteis, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.
4.3. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.
4.4. A entrega deverá ser realizada no Almoxarifado Municipal, Rua Benjamin Mainardi, 82 Bairro Industrial mediante recebimento de servidor, após conferência das especificações e testes de funcionamento.
4.5. Os implementos deverão ser novos, sem uso anterior, possuir fabricação recente, atender às normas técnicas da ABNT e demais legislações aplicáveis, acompanhar manuais de operação e

manutenção em português, possuir assistência técnica autorizada no território nacional, ser entregues completos, montados e em condições de funcionamento.
4.6. O equipamento deverá possuir garantia mínima de **12 (doze) meses**, contados do recebimento definitivo, sem prejuízo da garantia legal aplicável.

CLÁUSULA QUINTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

5.1. Fica designada o Secretário da Mobilidade Urbana, Sr Francisco Bernanrdy, como gestor do contrato, enquanto a Servidora Miriam Redin fica designada como responsável pela fiscalização e acompanhamento do presente instrumento, nos termos do Decreto Municipal nº 3.552 de 09 de janeiro de 2024.

5.2. Compete ao Fiscal do Contrato acima identificada exercer a verificação concreta do objeto, devendo a servidora designada verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações a gestora do Contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a CONTRATADA, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução contratual, etc.
5.3. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a respectiva execução, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
5.4. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade do prestador de serviços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
5.5. Todos os atos e instituições emanados ou emitidos pela fiscalização serão considerados como se fossem praticados pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA – DO VALOR DO CONTRATO E DA FORMA DE PAGAMENTO
6.1. O valor total do presente contrato é de R$ XXX.
6.1.1. No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
6.2. O pagamento à prestação dos serviços será efetuado sempre até o dia 15 (quinze) do mês subsequente ao início da prestação dos serviços, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura e relatórios para cada canal de comunicação, que deverão conter informações sobre disponibilidade, utilização de banda e taxas de erros, para avaliar os serviços prestados, com a finalidade de apontar problemas iminentes e sugerir as correções necessárias
6.3. O Município pagará a(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

6.4. A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/ Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o número de sua conta corrente, o nome do Banco e a respectiva Agência.
6.5. Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus à CONTRATANTE.
6.6. No processo de liquidação da despesa oriunda deste contrato, o CONTRATANTE promoverá a comunicação aos órgãos fazendários competentes dos valores pagos à CONTRATADA e procederá, quando for o caso, às retenções tributárias devidas nos termos da legislação.
6.7. O não pagamento nos prazos previstos acarretará à CONTRATANTE multa moratória de 0,03% (três centésimos por cento) do valor da parcela devida, a ser aplicado por dia de atraso até o do efetivo pagamento.

CLÁUSULA SETIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS
7.1. O valor do referido contrato é irreajustável.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE
8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA;
8.2. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
8.3. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
8.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
8.5. Efetuar o pagamento a CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
8.6. Aplicar as sanções previstas na lei e neste Contrato;
8.7. Cientificar o órgão de representação judicial (Departamento Jurídico) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela CONTRATADA;
8.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
8.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA;
8.10. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
9.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
9.2. Manter preposto aceito pelo CONTRATANTE para representá-lo na execução do contrato;

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da CONTRATADA poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.
9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, nos termos do art. 137, II da Lei nº 14.133/2021;
9.4. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
9.5. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao CONTRATANTE ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos o valor correspondente aos danos sofridos;
9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021;
9.8. A CONTRATADA deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o final da execução contratual, os seguintes documentos: prova de regularidade relativa à Seguridade Social, certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado, Certidão de Regularidade do FGTS – CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
9.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal que se verifique na execução contratual;
9.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à respectiva execução;
9.11. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;
9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO
10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, a CONTRATADA que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.
11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:
11.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
11.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
11.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
11.2.4. Multa:
11.2.4.1. Moratória de 0,5 % (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
11.2.4.1.1. No caso de atraso superior a 10 (dez) dias, será aplicado multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo do Contrato, com a consequente rescisão contratual.
11.2.4.2. Compensatória de 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.
11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.
11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
11.6. Na aplicação das sanções serão considerados:
a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.
11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
11.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL
12.1. O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir o presente contrato unilateralmente quando ocorrerem as hipóteses do artigo 137 da Lei nº 14.133/21.
12.2. A rescisão do presente contrato poderá ser ainda amigável, por acordo entre as partes, na forma do artigo 138, II da Lei nº 14.133/21, ou judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA SUBCONTRATAÇÃO
13.1. Não será permitida subcontratação/sublocação do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
14.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do contrato administrativo firmado, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
14.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD**.**
14.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
14.4. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
14.5. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
14.6. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL
15.1. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:
xxxxxxx

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA ANÁLISE
17.1. A minuta do presente instrumento de contrato foi devidamente examinada e aprovada pelo Departamento Jurídico do CONTRATANTE, conforme determina a legislação em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO
18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS
19.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO
20.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Arroio do Tigre - RS para dirimir quaisquer dúvidas oriundas das obrigações previstas neste Contrato, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Estando, assim, justos e contratados, lavrou-se o presente contrato que após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Arroio do Tigre - RS, em xx de xxx de 2026.

VANDERLEI HERMES	**EMPRESA XXX**
Prefeito Municipal	CNPJ N° XXX
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO TIGRE/RS
Arroio do Tigre/RS, quinta-feira, 17 de setembro de 2026 – Edição 1.433 – Lei 2.558/2014

ANEXO IV

MODELO DE PROPOSTA FINANCEIRA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede em _____, por seu representante legal, Sr.(a) _____, CPF nº _____, apresenta a presente proposta financeira ao Pregão Eletrônico nº ___/2026, em moeda corrente nacional (R$).

Item	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UN
01	Reboque rodoviário/carreta aberta, trucado, de dois eixos, equipado com sistema de freio, com rampa integrada e articulada, chassi reforçado e capacidade mínima de 6 toneladas, com dimensões mínimas de 2,40 m de largura e 6,50 m de comprimento	01 UN	

1. A proposta financeira contém o preço unitário do item cotado.
2. O prazo de validade da proposta e dos lances é de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua apresentação.
3. Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos diretos e indiretos relativos ao fornecimento do objeto, tais como, sem se limitar a, tributos, materiais, serviços, mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, seguros, fretes, embalagens e lucro.
4. Declaro, também, que quaisquer tributos, custos ou despesas, diretos ou indiretos, omitidos ou incorretamente cotados, serão considerados inclusos nos preços ofertados, não cabendo qualquer acréscimo ou ressarcimento, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais ao Município.
5. Declaro, ainda, que a proposta atende a todas as exigências do edital e de seus anexos, no tocante à qualidade, quantidades e prazos de entrega dos produtos cotados.

Município xx, em xx de junho de 2026.

Assinatura do representante legal
CPF do representante legal